



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O papel da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos: caso do Comando Territorial de Santarém**

**Autor: Aspirante Inf<sup>a</sup> GNR Diogo Miguel Passos Gonçalves**

**Orientador: Major Inf<sup>a</sup> GNR Pedro Miguel Duarte da Graça**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2014**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O papel da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos: caso do Comando Territorial de Santarém**

**Autor: Aspirante Inf<sup>a</sup> GNR Diogo Miguel Passos Gonçalves**

**Orientador: Major Inf<sup>a</sup> GNR Pedro Miguel Duarte da Graça**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2014**

---

## Dedicatória

*À minha família, especialmente aos meus pais e irmãos,  
Aos meus amigos, em especial aos do XIX TPO da GNR,  
À amiga e camarada “Mary John” Moura.*

---

## Agradecimentos

Qualquer trabalho desta natureza não é possível sem a colaboração de um alargado grupo de intervenientes. Não menosprezando todos os que contribuíram para a realização do mesmo, importa referir e agradecer pelo seu contributo especial, a alguns.

Ao Major de Infantaria Duarte da Graça, meu Orientador, pelas suas inestimáveis reflexões, orientações e estabelecimento de contactos, que foram fundamentais para a consecução deste trabalho.

Ao Tenente Coronel de Infantaria Serra da Cruz, pela ajuda na elaboração do projeto e pela orientação inicial.

Aos entrevistados, nomeadamente a Doutora Sónia Sanfona, o Doutor Pedro Ribeiro, o Senhor Júlio Silva, e o SubIntendente Costa Fonte, pela sua disponibilidade para a realização das entrevistas e pela informação facultada.

A Sua Excelência, Major General Rui Moura, pela entrevista concedida, que em muito enriqueceu esta investigação, e pelo acesso a documentação reservada, via Comando Operacional.

Ao Major de Infantaria Santos pelas excelentes explicações sobre o protocolo “CAP GNR”.

Ao Major de Infantaria Poiares, pela sua entrevista e por procurar contribuir para a investigação, mesmo estando há pouco tempo nas suas atuais funções.

Aos antigos e atuais Comandantes, aos diversos níveis, que prestaram ou prestam serviço no Comando Territorial de Santarém, por acederem à realização de entrevistas, mesmo com a atividade operacional a decorrer normalmente e pelas inestimáveis informações prestadas, assim como a valiosa documentação. Em particular: ao Coronel de Infantaria Paulino, ao Capitão de Infantaria Reis, ao Capitão de Infantaria Póvoa, ao Capitão de Infantaria Santana, ao Capitão de Cavalaria Oliveira e ao 1º Sargento de Infantaria Figueiredo.

A todos, um sentido obrigado!

---

## Resumo

A presente investigação, realizada no âmbito do *Mestrado em Ciências Militares – Segurança*, é subordinada ao furto de metais não preciosos, um tipo de criminalidade com relevância crescente nos últimos anos, em Portugal, na Europa e no Mundo.

Tal facto obriga à existência de uma estratégia internacional de cooperação entre os países, a nível macro. E dentro destes, as entidades afetadas e/ou as que tentam reduzir o fenómeno, o que não invalida em primeira instância uma resposta local ao problema.

O Comando Territorial de Santarém possui características que levam a um elevado número de ocorrências. Como tal, adotou, para além de programas nacionais sob a égide do Ministério da Administração Interna, medidas inovadoras cujos resultados favoráveis constituem o objetivo de interesse desta investigação.

Pretende-se por isso identificar medidas implementadas pelo Estado Português, pela Guarda Nacional Republicana e pelo Comando Territorial de Santarém e a sua influência no fenómeno, assim como a importância e envolvimento dos parceiros locais, e a viabilidade de implementação dessas medidas noutras zonas.

Com recurso a análise documental e de dados estatísticos presentes em relatórios de informações policiais, complementada com entrevistas a autoridades e intervenientes diretos na temática, chegou-se à conclusão da importância fundamental das medidas específicas tomadas localmente, para a redução do fenómeno. Essas medidas, se bem que algumas delas enquadráveis nos programas nacionais, têm em conta as idiossincrasias da problemática local, e por isso a sua eficácia se torna grande.

Neste âmbito, destaca-se também a essencial colaboração dos parceiros locais, cujo envolvimento e apoio tornam possível a redução dos índices de furto de metais não preciosos em Santarém. Contudo, e apesar do trabalho já realizado, é imperativo continuar a apostar na prevenção, mesmo a nível local, e em soluções a montante do furto de metais não preciosos, de forma a interromper um ciclo alimentado globalmente.

**Palavras-chave:** Metais não preciosos; Furto; Prevenção; Medidas; Informações.

---

## Abstract

This research, carried out under the *Military Science - Security Masters*, has as subject theft of scrap metal, a type of crime with increasing importance in recent years in Portugal, Europe and Worldwide.

Because of this, urges the necessity of an international strategy for cooperation between the countries, at the macro level. And inside these, the affected entities and others trying to reduce the phenomenon, which does not invalidate a local response to the problem, in the first place.

The Territorial Command of Santarém has characteristics that lead to a high number of occurrences. So it adopted, in addition to national programs under the aegis of the Ministry of Internal Affairs, innovative measures whose favorable results are the point of interest of this research.

Therefore, it is intended to identify measures implemented by the Portuguese State, the National Republican Guard and the Territorial Command of Santarém and its influence on the phenomenon, as well as the importance and involvement of local partners, and the viability of implementing these measures in other areas.

Using document analysis and statistical data presented in information reports of police, supplemented by interviews with authorities and stakeholders in the thematic, we came to the conclusion of the fundamental importance of the specific measures taken locally to reduce the phenomenon. These measures, though some of them incorporated in national programs take into account the idiosyncrasies of local problems, and therefore its effectiveness becomes larger.

In this context, it is also important to emphasize the essential collaboration of local partners, whose involvement and support make possible the reduction of scrap metal theft in Santarém. However, despite the work already done, it is imperative to continue to focus on prevention, even locally, and solutions upstream of scrap metal thefts, to interrupt a global cycle.

**Keywords:** Scrap metal; Theft; Prevention; Measures; Intelligence.

---

## Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Gráficos.....	ix
Índice de Quadros.....	x
Lista de apêndices e anexos.....	xi
Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos.....	xii
<b>Capítulo 1 - Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1 - Enquadramento do trabalho.....	1
1.2 – Importância e Justificação do tema.....	2
1.3 - Objetivos: questão de partida e questões derivadas.....	2
1.4 – Metodologia da investigação.....	4
1.5 – Estrutura do trabalho.....	7
<b>Capítulo 2 - Furto de metais não preciosos, consequências e causas.....</b>	<b>9</b>
2.1 – Metais não preciosos, furto e consequências.....	9
2.2 - Fatores que contribuem para o fenómeno.....	12
2.2.1 – Industrialização global.....	12
2.2.2 – Escassez de minério e preço dos metais não preciosos.....	13
2.2.3 – Utilização em grande escala de Metais Não Preciosos.....	14
<b>Capítulo 3 - Intervenientes.....</b>	<b>16</b>
3.1– O Estado.....	16

---

3.2 – Os Infratores .....	17
3.3 – As Vítimas .....	18
<b>Capítulo 4 - Soluções para um problema global</b> .....	<b>20</b>
<b>Capítulo 5 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados</b> .....	<b>23</b>
5.1 – Análise documental .....	25
5.2 – Medidas Tomadas .....	32
5.2.1 – Governo/Ministério da Administração Interna .....	32
5.2.2 – Assembleia da República .....	34
5.2.3 – Procuradoria-Geral da República .....	35
5.2.4 – Guarda Nacional Republicana .....	36
5.3 – Análise das entrevistas .....	39
<b>Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações</b> .....	<b>48</b>
6.1 – Verificação das Hipóteses .....	48
6.2 – Resposta às questões da investigação e reflexões finais .....	53
6.3 – Recomendações e Limitações .....	55
<b>Bibliografia</b> .....	<b>57</b>
<b>Apêndices</b> .....	<b>62</b>
Apêndice A – Guião de Entrevistas .....	63
Apêndice B – Entrevistados .....	67
Apêndice C – Quadros de análise das entrevistas .....	68
<b>Anexos</b> .....	<b>80</b>
Anexo A – Evolução do preço dos metais .....	81
Anexo B – Crimes de Furto autonomizados em 2012 .....	84
Anexo C – Panfleto de Sensibilização (“Campo Seguro”) .....	85
Anexo D – Dados da Mensagem “CAP GNR” .....	87

---

## Índice de Figuras

Figura 1 - Custos do furto de MNP (Kooi, 2010).....	11
Figura 2 - Adaptação do Triângulo de Análise de Kooi (2010).....	17
Figura 3 - Ciclo dos metais não preciosos.....	21
Figura 4 - Crimes mais participados em 2013.....	25
Figura 5 - Crimes mais participados à GNR em 2013.....	26
Figura 6 - Crimes de furto autonomizados em 2012.....	84
Figura 7 - Exemplo de uma Mensagem "CAP GNR".....	87

---

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do preço do cobre entre 1989 e 2014. ....	13
Gráfico 2 - Comparação do fenómeno (CTer Santarém vs Total). ....	27
Gráfico 3 - Número de ocorrências DTer Santarém e DTer Torres Novas. ....	28
Gráfico 4 - Furto de MNP vias condicionadas Golegã. ....	29
Gráfico 5 – Furto de MNP vias condicionadas Almeirim. ....	29
Gráfico 6 - Furto de caixas de impedância (Linha de Vendas Novas). ....	30
Gráfico 7 - Material recuperado (CTer Santarém vs Total). ....	30
Gráfico 8 - Nº apreensões (CTer Santarém vs Total). ....	31
Gráfico 9 - Nº de detidos (CTer Santarém vs Total). ....	31
Gráfico 10 - Evolução do preço do Alumínio (1989-2014). ....	81
Gráfico 11 - Evolução do preço do Chumbo (1989-2014). ....	81
Gráfico 12 - Evolução do preço do Estanho (1989-2014). ....	82
Gráfico 13 - Evolução do preço do Níquel (1989-2014). ....	82
Gráfico 14 - Evolução do preço do Zinco (1989-2014). ....	83

---

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Classificação dos infratores por Sidebottom (2012). .....	18
Quadro 2 - Áreas de intervenção no furto MNP (Kooi, 2010). .....	22
Quadro 3 - Furto de MNP na ZA da GNR. ....	26
Quadro 4 – Entrevistados. ....	67
Quadro 5 - Resposta à pergunta 1. ....	68
Quadro 6 - Resposta à pergunta 2. ....	68
Quadro 7 - Resposta à pergunta 3. ....	69
Quadro 8 - Resposta à pergunta 4. ....	70
Quadro 9 - Resposta à pergunta 5. ....	71
Quadro 10 - Resposta à pergunta 6. ....	72
Quadro 11 - Resposta à pergunta 7. ....	73
Quadro 12 - Resposta à pergunta 8. ....	74
Quadro 13 - Resposta à pergunta 9. ....	74
Quadro 14 - Resposta à pergunta 10. ....	75
Quadro 15 - Resposta à pergunta 11. ....	76
Quadro 16 - Resposta à pergunta 12. ....	77
Quadro 17 - Resposta à pergunta 13. ....	77
Quadro 18 - Resposta à pergunta 14. ....	77
Quadro 19 - Resposta à pergunta 15. ....	78
Quadro 20 - Resposta à pergunta 16. ....	78
Quadro 21 - Resposta à pergunta 17. ....	78
Quadro 22 - Resposta à pergunta 18. ....	79

---

## **Lista de apêndices e anexos**

### **Apêndices**

Apêndice A – Guião de Entrevistas

Apêndice B – Entrevistados

Apêndice C – Quadros de análise das entrevistas

### **Anexos**

Anexo A – Evolução do preço dos metais

Anexo B – Crimes de furto autonomizados em 2012

Anexo C – Panfletos de sensibilização (“Campo Seguro”)

Anexo D – Dados da mensagem “CAP GNR”

---

## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AM – Academia Militar

APRITEL – Associação de Operadores de Telecomunicações

Art.º - Artigo

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

CAP – Common Alerting Protocol

CCCO – Centro de Comando e Controlo Operacional

CO – Comando Operacional

CRAVED – Concealable, Removable, Available, Valuable, Enjoyable and Disposable

CRP – Constituição da República Portuguesa

CTer – Comando Territorial

DE – Direção de Ensino

DGPJ - Direção Geral de Política da Justiça

DI – Direção de Informações

DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal

DIC – Direção de Investigação Criminal

DL – Decreto-Lei

DO – Direção Operacional

DSEPNA – Direção do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente

DTer – Destacamento Territorial

e. - entrevistado

EMPC – Equipas Mistas de Prevenção Criminal

ex. – exemplo

FFSS – Forças e Serviços de Segurança

GNR – Guarda Nacional Republicana

H – Hipótese

LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal

MAI – Ministério da Administração Interna

MNP – Metais Não Preciosos

NEP – Normas de Execução Permanente

---

OPC – Órgão de Polícia Criminal

pág. – página

PGR – Procuradoria-Geral da República

PJ – Polícia Judiciária

PSAT – Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos

PSP – Polícia de Segurança Pública

QC – Questão Central

QD – Questão Derivada

RAI – Relatório Anual de Informações da GNR

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RI – Relações Internacionais

RP – Relações Públicas

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente

SSit – Sala de Situação

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TPO – Tirocínio Para Oficiais

VIVA – Value, Inertia, Visibility and Accessibility

ZA – Zona de Ação

# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1 - Enquadramento do trabalho

A formação dos Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) ocorre na Academia Militar (AM), sendo que no designado Tirocínio Para Oficiais (TPO), e para atribuição do grau de *Mestre em Ciências Militares*, na especialidade *Segurança*, surge o presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Segundo a Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2<sup>a</sup> da Direção de Ensino (DE) da AM, de 1 de Junho de 2013, o seu objetivo geral reside na “aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades que permitam e constituam a base de aplicações originais, em ambiente de investigação, nos domínios da segurança e defesa e, em particular, em áreas concretas de especialização.”

Sendo o objetivo final do curso a integração nos Quadros Permanentes da GNR, a temática escolhida – O papel da GNR na prevenção e combate ao furto de Metais Não Preciosos (MNP) – reflete a tentativa de contribuir para o estudo e compreensão de um fenómeno atual e no qual a GNR assume especial responsabilidade na sua prevenção e combate, face à sua implementação territorial.

O tema é suscetível de várias abordagens, contudo optou-se claramente pela escolha de duas: numa primeira fase uma vertente legislativa, e em segundo e a nosso ver a principal, a análise do fenómeno criminológico, que influenciou fortemente toda a investigação, desde logo pelas definições adotadas.

Tendo em conta a localização geográfica, o conhecimento empírico sobre o tema e as respostas específicas adotadas pelo Comando Territorial (CTer) de Santarém<sup>1</sup> no combate àquele tipo de crime, optou-se por aprofundar o tema no que àquele CTer diz respeito no sentido de identificar as medidas tomadas, aos vários níveis e os resultados alcançados.

---

<sup>1</sup> A Zona de Ação (ZA) da GNR no distrito de Santarém corresponde a uma área de 6541 km<sup>2</sup>, com 365108 habitantes (INE, 2014) à exceção das cidades: Abrantes, Cartaxo, Entroncamento, Santarém, Tomar, Torres Novas, e parte de Ourém (Comando Operacional, 2014).

## 1.2 – Importância e Justificação do tema

O furto de MNP tem assumido nos últimos tempos especial relevância mediática, sendo frequente a população ser confrontada com notícias sobre este tipo de criminalidade nos diversos meios de comunicação. Está assim em causa a criação e manutenção de um sentimento de insegurança, no qual cada elemento da população não precisa de ter contacto direto ou indireto com o fenómeno, mas ainda assim sente-se inseguro<sup>2</sup> (Alves, 2013).

Por outro lado, relatórios de informações policiais<sup>3</sup> e estatísticas judiciais<sup>4</sup> (nacionais e de outros países) comprovam o enorme número de incidências e justificam a crescente preocupação das estruturas de poder europeias e nacionais.

Constata-se assim a existência de um problema, cujas reais implicações podem “no limite, pôr em causa o normal funcionamento da economia ou mesmo do país” (RASI de 2012, 2013). Necessariamente implicará novas respostas do Estado para efetuar o seu controle, sendo um dos principais instrumentos nessa ação as Forças e Serviços de Segurança (FFSS), assumindo a GNR, principalmente pela sua elevada dispersão territorial, um papel central e determinante.

Apesar de existir ao nível operacional informação e *know-how* sobre o tema, em termos de doutrina, esta não se encontra cimentada em Portugal. Parece-nos por isso legítima a importância de um estudo que consiga caracterizar de um modo geral o fenómeno do furto de MNP e os esforços feitos para o contrariar, em Portugal.

## 1.3 - Objetivos: questão de partida e questões derivadas

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) “o primeiro problema que se põe ao investigador é simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho” (pág. 29).

---

<sup>2</sup> Segundo Alves podemos considerar *insegurança factual* e *sentimento de insegurança*. Na génese de ambos podemos identificar fatores objetivos e subjetivos, contudo o segundo é entendido como a interpretação da realidade segundo cada um, pelo que duas pessoas diferentes, perante a mesma situação têm perceções de (in)segurança diferentes.

<sup>3</sup> Vejamos o exemplo do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2011, no qual pela primeira vez neste tipo de relatórios se aborda a questão do furto de MNP e o fenómeno fica assinalado nas Orientações Estratégicas para 2012.

<sup>4</sup> Direção Geral de Política da Justiça (DGPJ) (2014).

Contudo a resposta é rapidamente dada: “procurar enunciar o projecto de investigação na forma de uma pergunta de partida”.

Segundo Sarmiento (2013) a investigação científica é um processo constituído por várias fases, numa das quais (a exploratória) é necessário definirmos a questão central (QC) da investigação e as questões derivadas<sup>5</sup> (QD) em função dos objetivos principais e específicos da investigação.

Na fase exploratória da investigação, ao definir as variáveis a observar (Sarmiento, 2013, pág. 7) verificámos que o distrito de Santarém se apresentava como um dos mais afetados pelo furto de MNP, mas simultaneamente apresentava sinais de evolução positiva. Ora, sendo o objetivo principal avaliar os efeitos da ação do CTer de Santarém na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos, naquele distrito, desde 2009, tomámos como QC deste trabalho de investigação “Qual é a influência dos programas/medidas especiais implementadas pelo Comando Territorial de Santarém na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos naquele distrito?”.

Na continuação, e tendo como objetivos específicos - identificar medidas adotadas/implementadas pelo Estado Português, pela GNR e pelo CTer de Santarém e a sua influência no fenómeno, assim como a importância e envolvimento dos parceiros locais nessas medidas, e ainda verificar a viabilidade de implementação dessas medidas noutros CTer – colocámos as seguintes QD:

QD1: “Quais as medidas adotadas pelo Estado para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos?”.

QD2: “Quais as medidas implementadas pela Guarda Nacional Republicana para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos?”

QD3: “Quais as iniciativas e programas especiais implementados no Comando Territorial de Santarém?”

QD4: “Qual a influência das iniciativas e programas especiais, do Comando Territorial de Santarém, na evolução do fenómeno naquele distrito?”

QD5: “As iniciativas do Comando Territorial de Santarém contaram com o envolvimento dos parceiros locais?”

QD6: “O envolvimento dos parceiros locais na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos constitui uma mais-valia significativa?”

---

<sup>5</sup> A questão central também pode ser chamada de problema de investigação e as questões derivadas, questões de investigação (Sarmiento, 2013, pág. 6).

QD7: “As medidas implementadas no Comando Territorial de Santarém são suscetíveis de ser implementadas com êxito noutros Comandos Territoriais?”

## **1.4 – Metodologia da investigação**

A escolha do método científico a utilizar numa investigação é de grande importância, devendo salvaguardar intactas as suas características<sup>6</sup>. Como tal, e seguindo a NEP 520/2<sup>a</sup>/DE de 1 de Junho de 2013 procedeu-se ao levantamento do Estado da Arte, com um duplo objetivo: verificar a existência de doutrina sobre o furto de MNP e encontrar sustentação para a elaboração de hipóteses<sup>7</sup> (H). Tal foi conseguido através de análise documental de legislação, relatórios de informações produzidos pela Guarda, notícias dos meios de comunicação social e outros documentos de organismos nacionais e de outros países, sobre a temática.

As H são proposições que preveem uma relação entre dois termos, podendo ser conceitos ou fenómenos (Quivy & Campenhoudt, 1992), e cuja finalidade é a tentativa de resposta às QC e QD. Devem portanto ser articuladas entre si e integrar-se na problemática. Tendo em conta as QC e QD propôs-se o seguinte corpo de H:

H1 – O Estado para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos implementou legislação específica.

H2 - O Estado para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos adotou outras iniciativas políticas.

H3 – A GNR reforçou o patrulhamento nas zonas de maior incidência deste tipo de crime.

H4 – A GNR criou e implementou, a nível nacional, programas especiais de policiamento para fazer face a este tipo de crime.

H5 – O Comando Territorial de Santarém aumentou o patrulhamento das áreas rurais e realizou ações de sensibilização junto da população.

H6 – O Comando Territorial de Santarém implementou programas especiais de policiamento e estabeleceu contratos locais de segurança.

H7 – As iniciativas e programas especiais adotados no Comando Territorial de Santarém resultaram na diminuição deste tipo de criminalidade no distrito.

---

<sup>6</sup> Segundo Sarmiento (2013) são: objetividade, refutabilidade, estruturação, metodologia e atitude crítica.

<sup>7</sup> Características do método hipotético-dedutivo.

H8 – As iniciativas e programas especiais adotados no Comando Territorial de Santarém permitiram efetuar a detenção de indivíduos que se dedicavam a este tipo de crime.

H9 – Os parceiros locais envolveram-se decisivamente nos programas especiais implementados pelo Comando Territorial de Santarém.

H10 – O contributo dos parceiros locais centrou-se fundamentalmente na disponibilização de recursos materiais.

H11 – O contributo dos parceiros locais permitiu obter resultados dificilmente atingíveis sem a sua colaboração.

H12 – O apoio de parceiros locais dinamizou a implementação dos programas especiais adotados pelo Comando Territorial de Santarém.

H13 – As medidas implementadas no distrito de Santarém são passíveis de ser aplicadas com êxito noutros Comandos Territoriais.

H14 – As medidas implementadas no distrito de Santarém baseiam-se principalmente em parceiros locais e são de difícil implementação noutros distritos.

H15 – Em qualquer outro Comando Territorial as mesmas medidas obterão, tendencialmente, o mesmo resultado.

Posteriormente, de forma a complementar e enriquecer a investigação, utilizou-se o que Sarmento (2013) designa como método inquisitivo, aplicando para isso entrevistas semidiretivas<sup>8</sup> (Ghiglione & Matalon, 2001) a representantes das entidades que fizeram parte e são conhecedoras das medidas adotadas contra o furto de MNP.

Segundo Sarmento (2013, pág. 4) “numa investigação podem ser utilizados mais do que um método, para que seja respondida a pergunta de partida da investigação”, sendo que se procedeu à divisão da parte prática desta investigação em dois tempos.

No primeiro, utilizou-se o método sistemático, que tal como a autora defende “assenta na interpretação dos acontecimentos” (idem, pág. 5). Para tal, utilizou-se a recolha de dados documentais<sup>9</sup> uma vez que se recolheram vários documentos, com dados estatísticos, cuja análise permitiu a caracterização de um fenómeno macrossocial<sup>10</sup> (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Os gráficos elaborados e os dados neles vertidos têm principalmente por base as informações constantes de Relatórios de Informações, Relatórios de Informação Criminal e

---

<sup>8</sup> Para Sarmento (2013) estas são “semiformais ou semiestruturadas” (pág. 17).

<sup>9</sup> Ou investigação documental, segundo Fortin (2004).

<sup>10</sup> Os dados estatísticos têm origem em Relatórios realizados pela GNR, referentes ao número de ocorrências na sua Zona de Ação (ZA).

Diretivas Operacionais quer da Direção de Informações da GNR, quer do CTer de Santarém, sendo o seu acesso “Reservado”. Os gráficos foram construídos utilizando a aplicação “Microsoft Office Excel 2007”.

De seguida, recorrendo a outro tipo de documentação (legislação, notícias, protocolos, etc.), a fontes abertas e a conversas informais (estas últimas na fase inicial do projeto), fez-se um levantamento das medidas tomadas e implementadas pelos vários intervenientes, já identificados na temática, para que posteriormente na fase da discussão se possa aferir da eficácia dessas mesmas medidas. Cada medida discutida neste subcapítulo, independentemente de ser posteriormente confirmada com as entrevistas, tem sempre uma base de sustentação documental, nomeadamente um dos tipos de documentos já referidos.

No segundo tempo utilizou-se o “método inquisitivo que é baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2013, pág. 5). Cumpriu-se esse método por meio da realização de entrevistas, tendo em vista que os objetivos formais da mesma também eram a verificação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na parte de análise documental. Utilizou-se para tal uma entrevista semidiretiva, de entre os três tipos clássicos de entrevista: não diretiva, semidiretiva e diretiva (Ghiglione e Matalon, 2001).

Escolheu-se utilizar a entrevista semidiretiva uma vez que se pretendia utilizar um guião<sup>11</sup> como apoio, mas dando a necessária liberdade ao entrevistado para enriquecer as perguntas que se encontraram pertinentes, com o seu contributo resultante da atividade que desempenhou ou desempenha. Assim pôde-se “aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido” (idem, 2001, pág. 89) como é o furto de MNP.

Pelas diferentes entidades que foram entrevistadas, assim como pelas diferentes necessidades de informação a recolher de cada uma, nem todas as 18 perguntas presentes no guião (apêndice A), foram apresentadas a todos os entrevistados (e.), pelo que quer os e., quer as perguntas a que responderam se encontram melhor identificados no apêndice B.

As entrevistas foram realizadas a entidades e personalidades com relevo no que à prevenção e combate do furto de MNP no Distrito de Santarém diz respeito, assim como a intervenientes nesta temática ao nível do Comando da GNR. A amostra compõe-se de 12 elementos, designadamente: a ex-Governadora Civil de Santarém, o Presidente de Câmara de Almeirim, um Agricultor/Associado de uma Associação de Produtores do distrito de

---

<sup>11</sup> O guião foi construído em termos formais com perguntas abertas e no que ao conteúdo diz respeito, quer por perguntas relativas a factos, quer relativas a opiniões (Ghiglione e Matalon, 2001).

Santarém, um ex-Adjunto do Comandante do Comando Operacional, o Comandante Territorial de Santarém, o Chefe da Repartição dos Programas Especiais, quatro Comandantes (e antigos Comandantes) de Destacamentos Territoriais de Santarém, o Antigo Comandante do Posto Territorial de Marinhas (Santarém) e um responsável pela área da segurança de uma das empresas mais afetadas pelo fenómeno (REFER).

Tentou-se com este quadro ouvir as várias partes que são afetadas e ou trabalham para a minoração da problemática e ter uma visão alargada sobre o furto de MNP que complemente toda a análise documental realizada.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre o dia 7 de julho e 22 de julho, tendo decorrido presencialmente.

Por motivos de economia de tempo e de comodidade recorreu-se à gravação áudio das entrevistas, de forma a não retirar muito tempo útil aos entrevistados, e ao mesmo tempo conseguir reter toda a informação transmitida. Foi portanto necessário, posteriormente, fazer a transcrição integral das entrevistas, enviando o documento às entidades entrevistadas, para validação.

Visto que o objetivo das entrevistas era validar e acrescentar informação, optou-se por realizar uma abordagem de análise qualitativa (Ghiglione & Matalon, 2001) justificada pela necessidade de verificar as H e evidenciar as relações entre os seus termos. Para tal construíram-se quadros relativos a cada pergunta, com os principais aspetos apontados por cada entrevistado, e que estiveram na base da análise das entrevistas.

## **1.5 – Estrutura do trabalho**

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes lógicas (uma de enquadramento – teórica – e outra prática), estando por sua vez divididas em capítulos e subcapítulos.

Primeiro apresentamos uma introdução, na qual fazemos o enquadramento do trabalho, o tema escolhido e a sua justificação/importância, os objetivos e as questões do trabalho, assim como as hipóteses formuladas, a metodologia utilizada e por fim a estrutura do mesmo.

No capítulo segundo iniciamos o enquadramento da temática começando por definir o que são MNP, o que é furto, a definição adotada de furto de MNP, quais os principais MNP e onde se encontram.

Continuamos no capítulo terceiro fazendo uma abordagem aos fatores que influenciam o furto de MNP, nomeadamente a industrialização global, a procura mundial e a utilização de MNP em grande escala.

No quarto caracterizamos os intervenientes neste fenómeno sendo eles o Estado, apresentando a definição utilizada nesta investigação, os infratores e as vítimas.

Como último capítulo do enquadramento teórico apresentamos possíveis soluções que possam dissuadir ou minorar a problemática do furto de MNP.

No sexto capítulo (o primeiro da parte prática) apresentamos a metodologia utilizada no trabalho de campo, assim como os instrumentos e as tarefas realizadas. É ainda caracterizada e justificada a amostra tomada para realizar as entrevistas.

O capítulo sétimo é dedicado à apresentação, análise e discussão dos resultados utilizando para tal a informação recolhida através da análise documental e das entrevistas, e dedicando um subcapítulo ao levantamento das principais medidas tomadas em Portugal e em Santarém, contra o furto de MNP.

Por fim terminamos com um capítulo dedicado às conclusões retiradas da presente investigação, onde confirmamos ou infirmamos as hipóteses levantadas no início da mesma, respondemos à QC e às QD, apontamos as principais limitações à investigação e sugestões futuras de investigação.

## Capítulo 2

### Furto de metais não preciosos, consequências e causas

#### 2.1 – Metais não preciosos, furto e consequências

A expressão “metais não preciosos” não tem por si só apenas um significado. Utilizada em primeira instância por contraposição aos metais preciosos<sup>12</sup>, é necessário definir o conceito que iremos trabalhar ao longo da investigação.

Brandon Kooi (2010) em “*Theft of Scrap Metal*” definiu como MNP os objetos constituídos principalmente por cobre, alumínio, bronze, zinco, latão, níquel e platina. Excetuando a platina, podemos adicionar a esta lista o ferro, e ainda objetos que tenham na sua constituição as várias ligas resultantes da combinação destes metais.

Os objetos comumente furtados em situações que a opinião pública considera como furto de MNP ocorrem nos mais variados locais: desde vias de comunicação, igrejas e cemitérios, locais de construção (Sidebottom, 2012), setor da energia (eletricidade, gás, água canalizada), automóveis<sup>13</sup>, sinalização rodoviária, “mobiliário urbano”<sup>14</sup> (Home Office, 2012) até estabelecimentos comerciais, gestores de resíduos e o cidadão comum (Kooi, 2010).

Os objetos, por si só não têm grande valor, até porque muitas das vezes no processo de subtração, são danificados. Contudo também não podemos designar esses objetos de “sucata<sup>15</sup>”, apesar de não serem constituídos apenas por um metal ou uma liga. O seu valor é recuperado após a fundição e transformação dos seus constituintes base, nomeadamente um ou vários dos metais acima referidos, tornando possível a sua reutilização.

---

<sup>12</sup> Esses sim melhor definidos: Ouro, Prata, Platina, Paládio (Fonte: [http://www.finbest.net/forex\\_metals/quotazioni.php](http://www.finbest.net/forex_metals/quotazioni.php), retirado em 18-06-2014). Estes metais são assim considerados pela sua rareza e consequente utilização em joalheria.

<sup>13</sup> Não apenas o próprio automóvel em si (devido à sua dimensão) mas os catalisadores, baterias e outras partes constituintes mais pequenas.

<sup>14</sup> Desde bancos de jardim e material de parques para crianças, a grelhas de águas pluviais e tampas de esgoto, passando por estátuas e outros monumentos.

<sup>15</sup> Como à partida poderia sugerir o termo inglês “*Scrap*”.

Tendo em conta estas condicionantes começaremos a construir o seguinte conceito de “metais não preciosos”: qualquer objeto, independentemente da sua proveniência<sup>16</sup>, que tenha, na sua constituição cobre, alumínio, zinco, níquel, ferro, ou qualquer uma das suas possíveis ligas metálicas<sup>17</sup>.

E o que é o furto de MNP? Em boa verdade nem mesmo a Lei tem uma resposta direta a esta pergunta, uma vez que o furto de MNP não é um crime tipificado de forma direta no ordenamento jurídico português.

Segundo a redação do Código Penal Português (2010) (Art.º 203 do CP), furto é um dos crimes contra o património, nomeadamente contra a propriedade, que consiste na subtração de coisa móvel alheia, com ilegítima intenção de apropriação, para si ou outra pessoa. É um crime cuja competência de investigação é normalmente da força de segurança territorialmente competente, quando é esta que toma notícia do crime e o mesmo não configure atentado à segurança de transportes ou associação criminosa<sup>18</sup>.

Na sua forma simples, para que haja procedimento criminal necessita da apresentação de queixa, por parte do titular do direito de queixa<sup>19</sup>, sendo por isso um crime semipúblico. Na sua forma qualificada<sup>20</sup> (Art.º 204º), segundo qualquer uma das alíneas do mesmo artigo, a prática do mesmo foi feita em condições, com recurso a técnicas ou teve um resultado que aumenta a sua censurabilidade.

E a subtração, de uma bicicleta de alumínio, é furto de MNP? O infrator pode furtar a bicicleta “apenas” para uso pessoal, ou vendê-la a quem queira comprar *uma* bicicleta, e obter lucro, em vez de a vender a um operador de gestão de resíduos<sup>21</sup> que lhe pagará pelo peso do *alumínio* da bicicleta. Ou seja, no segundo caso a bicicleta foi furtada por ser feita de alumínio.

Importa pois introduzir na definição um requisito essencial, o do móbil (Sidebottom, 2012): apenas podemos considerar furto de MNP, as situações em que o motivo do furto não é o valor da coisa em si, mas sim o material de que é feita, e conseqüentemente o seu valor presumível<sup>22</sup>. Não sendo objeto de estudo desta

---

<sup>16</sup> Consultando o sitio <http://iscrapapp.com/metals/> obtemos uma lista bastante completa dos objetos passíveis de ser considerados MNP segundo a nossa definição (retirado em 18-06-2014).

<sup>17</sup> Não ficam excluídos desta definição outros metais, contudo estes são os que têm maior número de ocorrências de furto.

<sup>18</sup> Segundo a redação da LOIC nos seus artigos 6º, 7º e 8º.

<sup>19</sup> Art.º 113º do CP.

<sup>20</sup> Voltará a ser abordada mais à frente.

<sup>21</sup> Vulgo “sucateiro”.

<sup>22</sup> Este entendimento também é levantado no Relatório de Avaliação de Impacto, de 22/02/2012, feito pelo Home Office (Reino Unido).

investigação, qual o peso das situações qualificantes (ex. furto de uma saladeira de bronze de um cofre: será registado como furto de MNP ou furto em interior de residência?), adotaremos o requisito do móbil como elemento diferenciador, tal como o entendimento da Direção de Informações da GNR, explanado nos vários relatórios sobre o tema.

Mas os números reais do furto de MNP vão além do valor atribuído ao “produto” do furto. Em Portugal, entre 2010 e 2013, as empresas da Associação de Promoção da Segurança de Ativos Técnicos (PSAT) e da Associação dos Operadores de Telecomunicações (APRITEL) afirmam prejuízos de 66 milhões de euros (Expresso, 2013), referentes apenas a este fenómeno. Verificando a figura 1 percebe-se a razão destes valores, que obviamente não contemplam as vidas humanas já perdidas.<sup>23</sup> Ao que Bennett (2008) acrescenta os crescentes preços das seguradoras às atividades afetadas por este crime, pela classificação de “alto risco”.

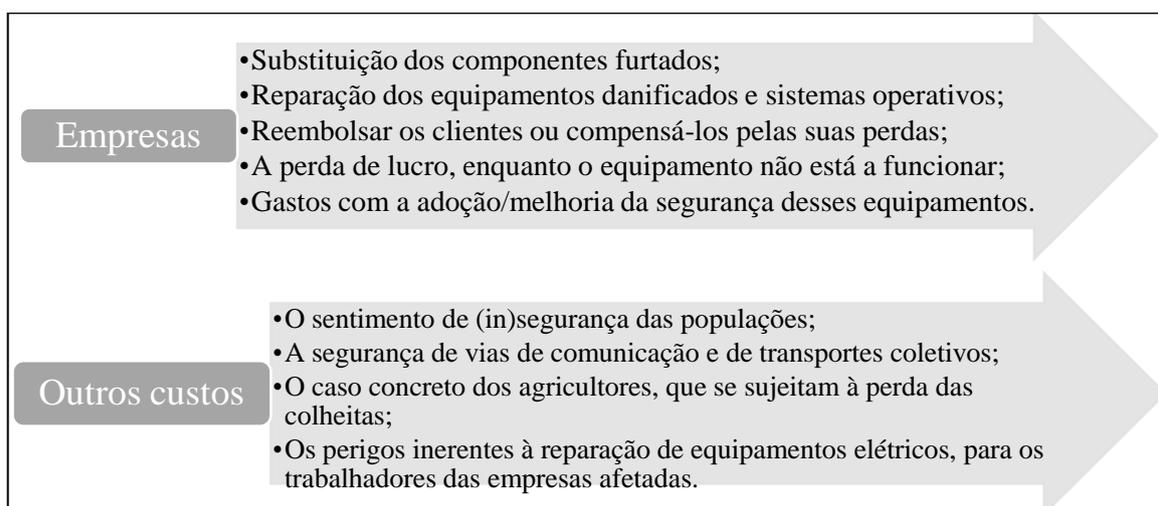


Figura 1 - Custos do furto de MNP (Kooi, 2010).

Analisando as notícias<sup>24</sup> dos órgãos de comunicação social são vários os exemplos do impacto do furto de MNP que podemos encontrar, sendo que em última análise o furto de MNP representa perigo para a economia europeia<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Tentativa de furto que resultou na morte do criminoso. Fonte: <http://www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/porto-eletrocutado-cobre-edp-tvi24/1454711-4071.html>, retirado em 22-06-2014.

<sup>24</sup> Furto de sinalização de trânsito e tampas de esgoto que provocam acidentes de viação. Fonte: <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/investigacao-i-furto-cobre-mercado-ouro-vermelho-movimenta-milhoes/pag/-1>, retirado em 22-06-2014.

Furto numa barragem, que compromete as colheitas da região. Fonte: <http://expresso.sapo.pt/furto-de-cobre-em-barragem-perto-de-alandroal-pode-por-em-causa-campanha-de-rega=f791221#ixzz33lztzwrV>, retirado em 22-06-2014.

<sup>25</sup> Vídeo POL-PRIMETT. Fonte: <http://www.agenformedia.com/metal-theft-in-europe.html>, retirado em 15-06-2014.

## 2.2 - Fatores que contribuem para o fenômeno

O furto de MNP é um fenômeno global, complexo, cuja gênese e seus efeitos se fazem sentir em vários países, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Porque é que os MNP são tão valorizados? A resposta parece simples: a reciclagem de MNP é vítima do seu próprio sucesso (Bennett, 2008). Comparando financeiramente a atividade de extração e transformação de minério com a obtenção de cobre pela reciclagem, as vantagens económicas desta última são enormes. Atualmente as técnicas de reciclagem de metais permitem aproveitar até 95% do aço “antigo”<sup>26</sup> e até 100% do cobre<sup>27</sup>, com redução do consumo de energia, água, e outros recursos, na casa dos 85%. Mas há outros fatores que passaremos a explicitar.

### 2.2.1 – Industrialização global

Os países considerados desenvolvidos, regra geral, mantêm estáveis os níveis de procura e de consumo de matérias-primas, isto porque as suas indústrias (setor secundário) também estão estáveis, e não há grande construção de infraestruturas, porque já existem (Bennett, 2008). Já os países em desenvolvimento, como a China, Brasil e Índia, encontram-se num período de forte industrialização, que requer um enorme fluxo de matérias-primas, entre as quais MNP. Segundo Kooi (2012), o cobre atingiu preços mínimos históricos<sup>28</sup> em 2002, que foram revertidos devido à percentagem desse metal consumido na China<sup>29</sup> (cerca de 20% do consumo mundial<sup>30</sup>).

Existe outro fator muito importante, e que reforça o papel destes países no aumento da procura de MNP: os Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim, o Mundial de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, ambos no Brasil. A realização destes eventos implicou a construção de complexos desportivos, vias de comunicação e todo um conjunto de

---

<sup>26</sup> Fonte: <http://www.epa.gov/epawaste/conserva/materials/steel.htm>, retirado em 30-06-2014.

<sup>27</sup> Fonte: <http://www.danimetais.com.br/reciclar+cobre.asp>, retirado em 30-06-2014.

<sup>28</sup> Cerca de 65 cêntimos a libra, no mercado londrino.

<sup>29</sup> Bennett (2008) atribui a situação da China a três factos: o crescimento da sua economia desde os anos 70, a utilização intensiva de tubagens de cobre no saneamento e fornecimento de água, desde os anos 90 (incentivado por empresas americanas) e mais recentemente os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008.

<sup>30</sup> O mesmo autor afirma que os MNP são a segunda maior exportação dos EUA para a China.

infraestruturas necessárias à preparação de um país para receber um acontecimento desportivo mundial, o que leva à procura de matérias-primas e consequentemente MNP<sup>31</sup>.

Kooi (2012) afirma ainda que os conflitos no Médio Oriente levaram a que a procura de MNP aumentasse nos EUA e na Europa, quer pela necessidade bélica, quer pelo facto de algumas das suas grandes empresas estarem a “reconstruir” estes países.

### 2.2.2 – Escassez de minério e preço dos metais não preciosos

O preço a que se negociam os MNP é indubitavelmente um dos fatores que contribui para o seu furto. E a combinação de grande rentabilidade associada a baixo risco na sua subtração é deveras apetecível aos criminosos. Senão vejamos o exemplo do cobre<sup>32</sup> (Gráfico 1) cujo preço não se encontra no seu máximo (quase 4,5 dólares/libra, em 2011), mas ainda assim vale o dobro do que valia em 1989 – atualmente na casa dos 3,2 dólares/libra.

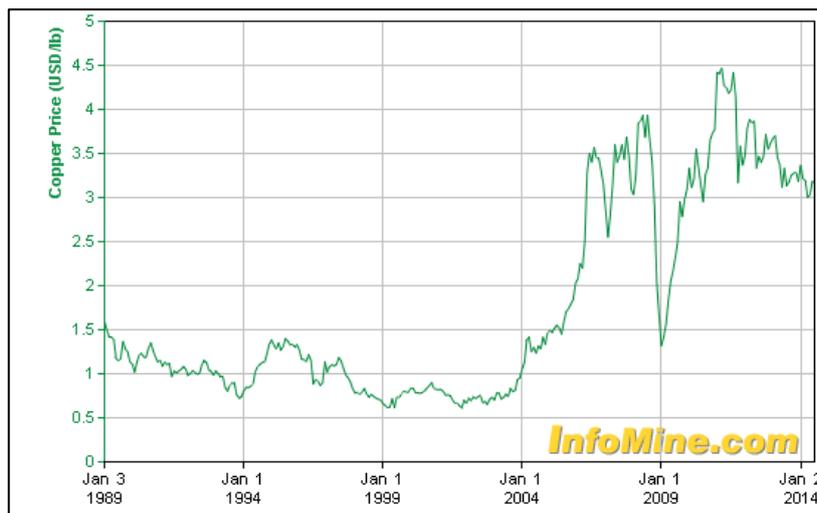


Gráfico 1 - Evolução do preço do cobre entre 1989 e 2014.

Fonte: <http://www.infomine.com/investment/metal-prices/>, retirado em 10-07-2014.

<sup>31</sup> Segundo o United States Geological Survey, citado por Bennet (2008), a China, ao contrário dos países desenvolvidos, está a construir infraestruturas, que é um processo intensivo de consumo de minerais e metais.

<sup>32</sup> Outros exemplos da evolução do preço de metais no anexo B.

Estes preços são bastante instáveis e podem oscilar com diferentes situações que afetem toda a indústria dos metais, desde a mineração, transformação e reciclagem. Dois desses exemplos são um terremoto<sup>33</sup> e uma das greves dos mineiros<sup>34</sup>, ambos no Chile.

Comparando as datas dos dois eventos (março de 2010 e agosto de 2013) verifica-se correspondência com subidas no gráfico. Daí se conclui que o preço é especialmente volátil quando existem problemas ao nível da extração de minério, apesar de grande percentagem do “novo” cobre provir da reciclagem (55% nos EUA e 41% na Europa)<sup>35</sup>.

Segundo Bennett (2008) essa especial debilidade é aproveitada pelos especuladores de mercado para inflacionar os valores dos metais, em especial do cobre. Por exemplo, o autor cita um relatório do United States Geological Survey, de 2006, o qual afirmava que 26% de todo o minério de cobre já tinha sido processado, relacionando esse relatório com a subida para valores máximos do cobre nesse mesmo ano (cerca de 8875 dólares a tonelada).

### 2.2.3 – Utilização em grande escala de Metais Não Preciosos

Cabos de telecomunicações, de eletricidade, de transportes ferroviários, vigas de aço, ferramentas, equipamentos de rega, tampas de esgoto, tubagens de canalização de água, janelas, portas, torneiras, estátuas, sinos de igrejas, baterias de automóvel, aparelhos eletrónicos, unidades de ar condicionado... A lista de itens que tem na sua composição elementos metálicos (segundo a definição adotada) podia continuar. Este é um facto: os metais não preciosos estão facilmente disponíveis; e os criminosos sabem-no.

Para explicar o porquê de haver objetos mais furtados<sup>36</sup> que outros, Clarke (1999) socorreu-se de Cohen e Felson, que em 1979 criaram a teoria VIVA<sup>37</sup>. Essa teoria refletia os quatro principais “valores” que os criminosos atribuíam aos objetos que furtavam e que por isso mesmo, valia a pena furtar: Valor, Inércia, Visibilidade e Acessibilidade (pág. 22).

---

<sup>33</sup> Fonte: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1509988-9356,00TERREMOTO-NO+CHILE+FAZ+PRECO+DO+COBRE+SUBIR+E+BENEFICIA+BOLSAS+DA+ASIA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1509988-9356,00TERREMOTO-NO+CHILE+FAZ+PRECO+DO+COBRE+SUBIR+E+BENEFICIA+BOLSAS+DA+ASIA.html), retirado em 25-06-2014.

<sup>34</sup> Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-23706440#>, retirado em 25-06-2014.

<sup>35</sup> Copper Development Association. Fonte: [http://www.copper.org/education/history/us-history/g\\_fact\\_producers.html](http://www.copper.org/education/history/us-history/g_fact_producers.html), retirado em 25-06-2014.

<sup>36</sup> Que iremos designar de “produtos”.

<sup>37</sup> VIVA: Value, Inertia, Visibility and Accessibility.

A teoria reconhecidamente não era definitiva, mas serviu de base a outra nomenclatura: CRAVED<sup>38</sup>. Segundo Sutton (2010), perceber o que torna um produto atrativo<sup>39</sup> para um criminoso faz parte do processo de estudo do fenómeno e permite reagir e antecipar novas ocorrências. Como tal o acrónimo significa:

**Concealable:** preferencialmente furtam-se objetos pequenos que o criminoso possa facilmente esconder ou dissimular (Clark, 1999), tentando não ser associado ao furto. O furto de MNP é um excelente exemplo: os metais quando chegam a operadores com capacidade de os transformar, torna-se praticamente impossível saber a sua origem.

**Removable:** objetos que possam ser facilmente movidos são mais suscetíveis de serem furtados (ex. retirar torneiras de uma casa devoluta vs. furtar uma alfaia agrícola).

**Available:** se um objeto não está disponível ou visível, não pode (ou é mais difícil) ser furtado. Por exemplo, é mais provável furtar ferramentas de um local de construção sem medidas de proteção, do que de um local que está isolado com uma cerca, e que tem uma casa ou caixa para guardar essas ferramentas.

**Valuable:** os criminosos tenderão a furtar os objetos mais valiosos. Clarke (1999) define dois tipos de valor: a facilidade/dificuldade com que esses produtos podem ser vendidos e o valor “de uso” para os próprios criminosos. Neste caso os MNP são no geral furtados com vista à sua rápida venda de forma a tentar fazer dinheiro.

**Enjoyable:** neste caso os criminosos furtam produtos dos quais possam desfrutar. Quer sejam “consumíveis” (ex. bebidas alcoólicas ou cigarros) ou simplesmente porque são produtos que conferem estatuto: bicicletas, televisões, consolas, entre outros. A menos que falemos de alguma obra de arte ou joalharia, é difícil aplicar aos MNP.

**Disposable:** sendo que o principal objetivo, é furtar para obter lucro, tendencialmente os criminosos irão furtar produtos que sabem que podem escoar rapidamente. Os MNP, com a atual procura, são o exemplo perfeito disso.

Em resumo, quanto mais características “CRAVED” um objeto reunir, maior é a probabilidade de se tornar um produto atrativo e no caso de já ser, permite decompor o fenómeno e tentar encontrar formas de o interromper.

---

<sup>38</sup> CRAVED - Concealable, Removable, Available, Valuable, Enjoyable, and Disposable. Em português: Dissimulável, Removível, Disponível, Valorizável, Desfrutável e Descartável.

<sup>39</sup> Sutton (2010) refere-se a estes produtos como “*hot products*”.

## Capítulo 3

### Intervenientes

Como em qualquer fenómeno há vários intervenientes, cada um com as suas especificidades e que desempenha um papel a vários níveis, desde o âmbito local até a uma visão alargada do fenómeno. Para efeitos deste trabalho optou-se pela divisão dos intervenientes em três grandes categorias, sendo elas o Estado, os Infratores e as Vítimas.

#### 3.1– O Estado

A própria definição de “Estado” tem sofrido alterações importantes ao longo do tempo, mais interessantes no domínio do Direito Administrativo do que no âmbito do furto de MNP. Contudo é necessário adotar uma definição que permita posteriormente identificar as iniciativas do “Estado” tomadas com vista a responder ao furto de MNP.

Segundo Caupers (2000), “o Estado alargou enormemente o seu campo de actividades” (pág. 39), atividades das quais fazem parte as tarefas fundamentais previstas no Art.º 9º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Assim sendo, e tendo em conta que uma dessas tarefas é garantir os direitos e liberdades fundamentais<sup>40</sup>, optou-se por decompor o “Estado” nas suas quatro funções (Caupers, 1996): função política; função legislativa; função jurisdicional e função administrativa<sup>41</sup>.

A presente investigação quando se refere ao papel do Estado está portanto a referir-se às várias entidades das diferentes funções, que tomaram medidas ao seu nível, contra o furto de MNP. Por conseguinte, temos a seguinte correspondência:

- Função política: Governo, concretamente o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Governo Civil de Santarém<sup>42</sup>;
- Função legislativa: a Assembleia da República (e todos os intervenientes no processo legislativo);

---

<sup>40</sup> Alínea b), do Art.º 9º da CRP.

<sup>41</sup> Caupers (1996) afirma ainda que as duas primeiras são primárias e as segundas são secundárias.

<sup>42</sup> Os Governos Cívicos foram extintos numa reorganização administrativa em 2011, através do Decreto-lei (DL) 114/2011, de 30 de Novembro.

- Função jurisdicional: neste caso refere-se apenas à Procuradoria-Geral da República e aos Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAP);
- Função administrativa: onde incluímos a GNR, visto o Direito Policial ser Direito Administrativo (apesar de não se esgotar neste) e a atividade policial ser um serviço público que contribui para a satisfação das necessidades coletivas (Graça, 2012).

### 3.2 – Os Infratores

Os infratores são obviamente um elo importante na cadeia de furto de MNP. São assim designados porque podemos considerar dois grandes grupos: os elementos que furtam os objetos e os elementos que compram e negociam esses objetos, sabendo que são furtados (Sidebottom, 2012), ou seja recetadores.

Como tal o seu estudo e categorização é essencial para determinar possíveis medidas que possam efetivamente interromper esse ciclo. Para isso Kooi (2010), criou um triângulo de análise do problema, cuja adaptação se ilustra de seguida, na figura 2.

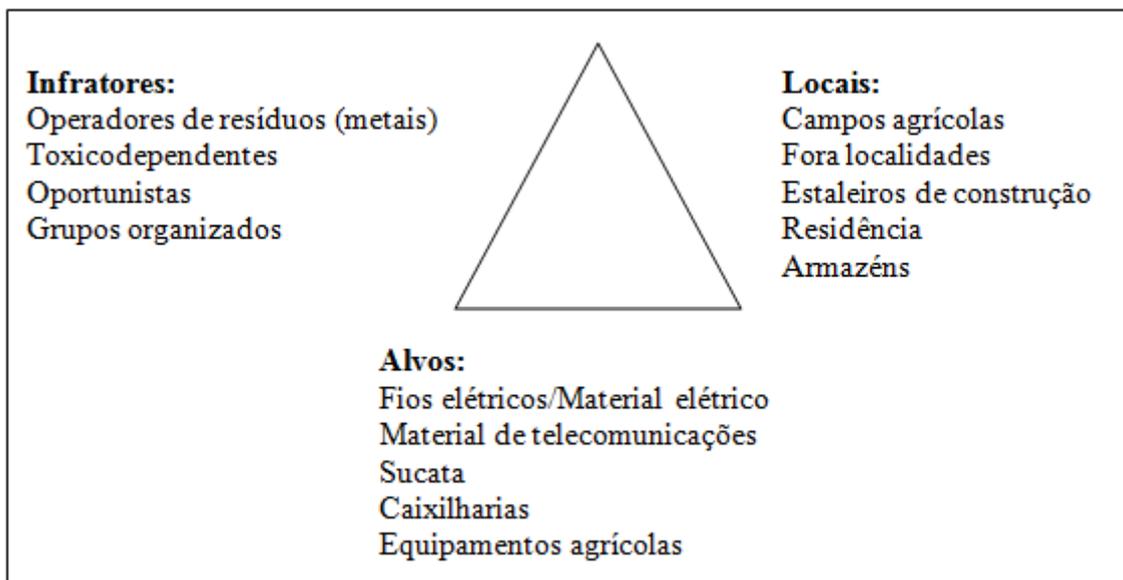


Figura 2 - Adaptação do Triângulo de Análise de Kooi (2010).

Segundo o autor, este exercício de relação entre o tipo de infrator, os locais normalmente visados no furto de MNP e os objetos alvos de maior percentagem de furto, devidamente integrados com outro tipo de informação, permite estabelecer os fluxos do metal e os pontos débeis dessas trocas. Mais importante é determinar o papel dos operadores de resíduos da área: são recetadores de metal furtado ou não.

Quanto aos infratores que furtam, Sidebottom (2012) classifica-os em três categorias (quadro 1).

**Quadro 1 - Classificação dos infratores por Sidebottom (2012).**

Oportunistas	Não procuram metais, em concreto, para furtar. Podem nem sequer fazer do furto prática recorrente (desempregados). Furtam objetos facilmente disponíveis <sup>43</sup> .
Grupos organizados	Furtam grandes quantidades de metais ou atuam em “nichos” muito específicos <sup>44</sup> . Têm ligações a operadores de resíduos autorizados, para “escoar” rapidamente e com baixo risco o produto dos furtos.
Toxicodependentes	Furtam pequenas quantidades de MNP, muitas vezes diariamente. Apenas o necessário para obtenção da dose diária de estupefaciente.

### 3.3 – As Vítimas

Tendo em conta que o furto de MNP é um fenómeno cujas consequências se repercutem em muitas das áreas económicas dos países, as vítimas, em última análise são toda a população. E tal reflete-se em consequências diretas e indiretas que ascendem a milhões de euros anuais, só na Europa<sup>45</sup>.

Porque é prejudicado quem utiliza os transportes públicos quando é furtada uma linha férrea; o automobilista quando furtam sinalética de trânsito; o comerciante quando lhe furtam barris de cerveja; o utilizador de internet e telefone quando furtam cabos e linhas telefónicas; uma aldeia quando furtam cablagem da EDP ou tubagens da EPAL; toda a população, que fica assombrada com os furtos de MNP, e o destaque dado pelos órgãos de comunicação social<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> Ex.: Grupo que furtava pedaços de uma linha ferroviária desativada. Fonte: <http://www.radiocampanario.com/r/index.php/regional/3042-gnr-identifica-4-individuos-por-furto-de-metais-nao-preciosos-no-redondo>, retirado em 30-06-2014.

<sup>44</sup> Por exemplo o grupo desmantelado e detido pela GNR, na zona da Grande Lisboa em 2013. Fonte: <http://www.asjp.pt/2013/06/01/gnr-prende-gangue-do-cobre-como-terroristas-no-iraque/>, retirado em 01-07-2014.

<sup>45</sup> Vídeo POL-PRIMETT. Fonte: <http://www.agenformedia.com/metal-theft-in-europe.html>, retirado em 15-06-2014.

<sup>46</sup> Este facto é também apontado como importante pela estrutura da GNR e é referido num de vários *briefings* e ações de sensibilização por ela desenvolvidos.

Segundo Alves (2013) a criminalidade interna, na qual podemos inserir o furto de MNP, é um dos fatores geradores de insegurança, assim como toda a criminalidade a ele associada, por exemplo os danos, recetação ou tráfico de droga. É por isso fundamental encontrar medidas adequadas a este tipo de criminalidade e contrariar assim a Teoria do Vidro Partido<sup>47</sup>, demonstrando progressos na temática e contribuindo para o sentimento de segurança de todos (Alves, 2013).

Contudo existem grupos que são diretamente afetados e que merecem especial destaque (Kooi, 2010). Desde logo os operadores de resíduos que trabalhem com metais. Antes de ser considerado um assunto sério e de serem impostas medidas de segurança e restrições a esta atividade, eles reuniam as condições ótimas para serem alvos de furtos: grandes concentrações de MNP, muito dele já processado (limpo e separado) o que valorizava ainda mais o produto, e com fracas medidas de segurança.

As empresas de transportes e telecomunicações (Home Office, 2012) também são muito visadas, principalmente devido ao furto de cabos (cujo interior é feito de cobre) e de equipamentos ferroviários (linhas férreas, caixas de impedância<sup>48</sup>, entre outros). O que traz problemas de segurança a um grande número de pessoas, que utiliza esses transportes.

As empresas de fornecimento de energia e água apresentam prejuízos particularmente pelo furto de cabos elétricos, estações de transformação e tubagens. Estes furtos normalmente são dos mais perigosos, visto que a maioria destes equipamentos ou têm corrente elétrica ou no caso dos gasodutos, existe perigo de explosão, sendo que afetam uma enorme quantidade de cidadãos, que ficam assim privados desses serviços.

Estaleiros e locais de construção, principalmente nos EUA e no Reino Unido, são seriamente afetados, muitas vezes por oportunistas que furtam ferramentas e material de construção. Deve-se também ressaltar uma situação bastante específica que parece ter afetado muito o Reino Unido: o furto de coberturas metálicas (a maioria em cobre) e outros objetos metálicos das muitas igrejas e cemitérios.

Por fim, é importante lembrar o furto em meio agrícola de equipamentos de rega e alfaias agrícolas, questão com grande incidência em Portugal e noutros países do Sul da Europa, cuja produção agrícola se baseia em culturas de regadio.

---

<sup>47</sup> Segundo esta teoria, avançada por Wilson e Kelling nos anos 80, um vidro partido numa casa, se não for reparado rapidamente, irá levar a que todos os outros também sejam. Seguindo este entendimento, o local será “marcado” como “sem lei” o que levará a uma espiral de incivilidades e criminalidade crescentes.

<sup>48</sup> Caixas de impedância são equipamentos utilizados para controlar o tráfego ferroviário cujo interior tem como peça fundamental uma bobine de cobre, e na qual há transmissão de corrente elétrica (CTer Santarém, 2012).

## Capítulo 4

### Soluções para um problema global

É notória a dificuldade acrescida que representa a tentativa de lidar com um problema local ou regional (por exemplo no distrito de Santarém) sabendo que as suas raízes, e no fundo a sua génese, advêm do jogo mundial da procura e oferta de MNP (Kooi, 2010).

Certamente que uma resposta firme e duradoura só poderá ser pensada e alcançada se houver cooperação internacional, como há noutras áreas, quanto à aprovação de leis que normalizem o comércio de MNP (não só interno, mas também a exportação<sup>49</sup>), esforços das polícias, por intermédio de troca de informações e operações direcionadas ao problema nas zonas de fronteira e nos portos marítimos (Sanfona, 2014), no fundo havendo um comprometimento sério no tema. E isso é difícil.

Mais difícil se torna se tivermos em conta que a estrutura de comércio ilegal de MNP se confunde com o ciclo legítimo dos metais (figura 3).

Os objetos furtados são entregues a troco de dinheiro “fácil” a outros indivíduos que furtam ou operadores que não fazem questões quanto à proveniência do metal, que por sua vez negociam com outros de maior dimensão, que já poderão possuir equipamentos de transformação do metal. Estes podem, ou não, saber que estão a processar material furtado, mas acabarão por vendê-lo às grandes operadoras de gestão de resíduos, que processam enormes quantidades de metal e obviamente não conseguem precisar a proveniência do mesmo, até porque grande parte já lhes chega transformado.

De seguida essas grandes empresas produzem metal novo, que é comercializado para as várias indústrias como matéria-prima. Sendo que no meio deste processo o metal furtado já foi derretido e reciclado juntamente com o metal adquirido por via legal.

Esse facto não implica que localmente não se possam tomar medidas concretas e passíveis de ter resultados.

---

<sup>49</sup> Manipulação do Mercado, defendida por Bennett (2008) que aponta como exemplos a Rússia, Cazaquistão e alguns países africanos, entre eles a Nigéria. Nestes casos, os respetivos Governos introduziram restrições, se bem que temporais, à exportação de MNP e de sucata, devido ao enorme problema que tinham com o furto e roubo de MNP.

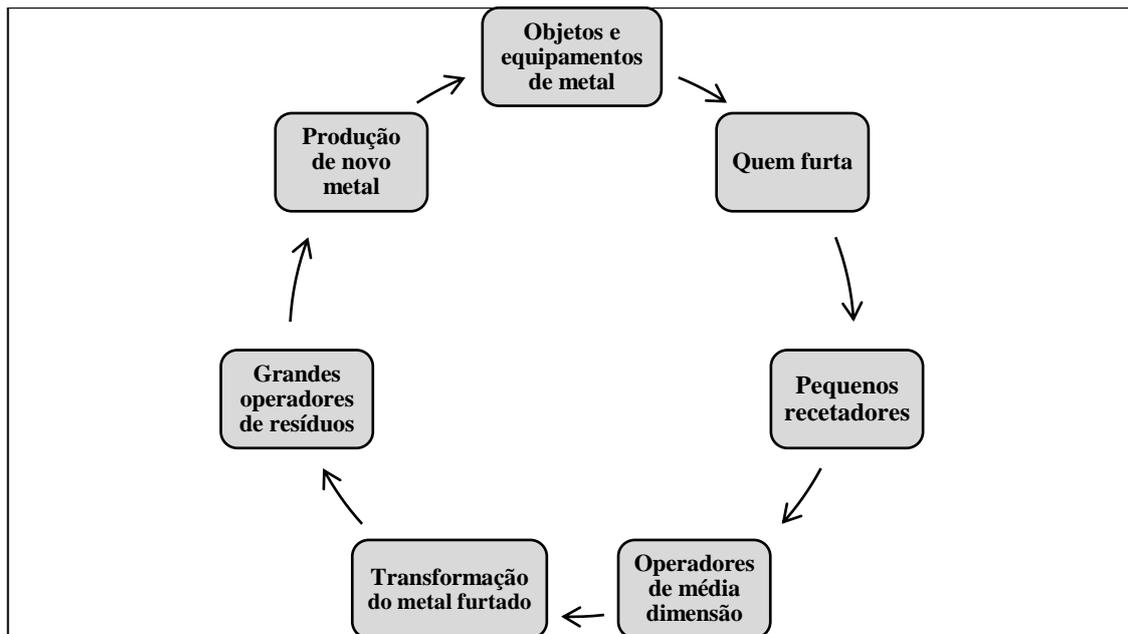


Figura 3 - Ciclo dos metais não preciosos.

É importante referir, tal como Kooi (2010) defende, que essas tarefas não devem e não podem ser tomadas apenas pelas estruturas estatais, em particular as polícias, mas por um grupo alargado de intervenientes (empresas de transportes, telecomunicações, energia, operadores de resíduos, polícias, Ministério Público, etc.) no âmbito de uma estratégia coordenada.

Sidebottom (2012) avança com duas grandes linhas de combate ao furto de MNP: tornar mais difícil furtar metais e mais arriscado/menos vantajoso a sua venda. Na primeira, refere-se em concreto à aplicação de medidas físicas nos locais visados no furto de MNP, ex. a manutenção de perímetros com vedações em locais de construção e a delimitar as linhas ferroviárias, e o controlo de acessos a esses locais.

Na segunda com duas vertentes: a marcação dos metais<sup>50</sup>, recorrendo a marcas físicas visíveis ou a tecnologia mais avançada<sup>51</sup>; e instituir a obrigatoriedade de apresentar identificação aquando da venda de material deste tipo, bem como “eliminar” o pagamento em dinheiro. Pagando por cheque ou por transferência bancária, ficará sempre um registo, um rasto mais fácil de seguir para investigadores, caso haja suspeitas de ilegalidades.

Já Kooi (2010) defende cinco grandes áreas de intervenção, resumidas no quadro 2.

<sup>50</sup> O que implica a realização de campanhas que publicitem o logo ou a marca utilizada e chamem a atenção dos intervenientes para não comprarem desse metal.

<sup>51</sup> Segundo Bennett (2008) a tecnologia “SmartWater”, substância química que é utilizada na marcação de metais podendo ser posteriormente detetada fazendo exames forenses, muito utilizada em South Yorkshire.

Quadro 2 - Áreas de intervenção no furto MNP (Kooi, 2010).

“Aumentar o esforço necessário para furtar metal”	Melhorias na segurança física	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de infraestruturas para guardar objetos metálicos.</li> <li>- Acorrentar tampas e grelhas de esgoto.</li> <li>- Fazer “<i>check-ups</i>” de segurança a locais vulneráveis.</li> <li>- Implementar controlo de acessos, câmaras de vigilância, cercas resistentes ao corte, afixação de placas de aviso.</li> </ul>
“Aumentar o risco dos infratores”	Repressão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar ladrões de metal e operadores de resíduos que negociem em material furtado.</li> <li>- Patrulhamento policial direcionado: operações de fiscalização de operadores de resíduos e de trânsito.</li> <li>- Identificação de locais de queima de cabos.<sup>52</sup></li> <li>- Criação de registos de transação de metais e dos vendedores, permitindo a investigação das polícias.</li> <li>- Marcação dos metais e produtos mais furtados, logo desde fábrica.<sup>53</sup></li> <li>- Realizar “<i>Sting Operations</i>”.<sup>54</sup></li> </ul>
“Reduzir o lucro da venda de metais furtados”	Remoção de alvos atrativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remover material metálico em <i>stock</i> dos estaleiros de construção civil.</li> <li>- Substituição de objetos de metal por objetos com a mesma função, mas feitos de um material diferente.<sup>55</sup></li> <li>- Interditar a negociação de material “restrito”.</li> <li>- Aumentar a “<i>tara</i>” para certos produtos.</li> <li>- Proibição de pagamentos em dinheiro.</li> </ul>
“Remover as desculpas dos infratores”	Prevenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas de sensibilização.</li> <li>- Formação às polícias, e aos trabalhadores das empresas de reciclagem/operadoras de resíduos.</li> <li>- Palestras, sessões de esclarecimentos, e os <i>media</i>.</li> </ul>
“Respostas de eficácia limitada”	Outras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Detenção imediata dos infratores.</li> <li>- Alterações legislativas na área dos operadores de resíduos.</li> </ul>

O objetivo principal destas medidas é desencorajar os infratores a furtar, porque não terão a quem vender<sup>56</sup>, ou porque deixou de ser “rentável” (o risco é superior ao lucro), mas também tentar criar uma “pressão social informal” (Kooi, 2010, pág. 34) contra o fenómeno. Todas as medidas aqui referidas têm o seu âmbito de aplicação, contudo a sua eficácia difere consoante o local e o problema concreto. Algumas delas foram aplicadas em Portugal, como veremos no sétimo capítulo.

<sup>52</sup> Forma utilizada para retirar o isolamento dos cabos e ficar apenas com o cobre.

<sup>53</sup> O autor dá o exemplo de peças automóveis, nomeadamente dos catalisadores.

<sup>54</sup> Conceito semelhante ao “Agente Provocador”.

<sup>55</sup> Também neste caso é importante dar a conhecer aos infratores que o material que eles pretendiam furtar já não é utilizado.

<sup>56</sup> Sobre isto Kooi (2010) afirma que “é mais provável eles venderem o metal furtado para obter dinheiro” (pág. 7) pelo que se ninguém puder comprar, quem furta não terá a quem vender.

## Capítulo 5

### Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Quando começou realmente a preocupação de Portugal com o furto de MNP? Analisando o Programa do XVIII Governo Constitucional (2009 a 2011) o combate ao furto de MNP não fazia parte das suas intenções, no que à aplicação de esforços na área da Segurança dizia respeito. De igual forma se olharmos para a Lei 38/2009, de 20 de julho, que define as Orientações de política Criminal para o biénio 2009-2011 não encontramos qualquer referência ao furto de MNP.

Este facto traduz o desconhecimento da realidade europeia quanto a esta temática, visto que em finais de 2009 já havia países europeus com problemas quanto ao furto de MNP, há cerca de uma década.

Por outro lado, no RASI de 2011 (2012), nas orientações estratégicas para 2012 já se prevê o alargamento do Programa “Campo Seguro” com a utilização de equipamentos de georreferenciação ligadas a salas de situação. Segundo o RASI de 2012 (2013) o furto já é considerado uma ameaça grave à segurança interna devido à “ampla dispersão geográfica em Território Nacional, a par da frequência e persistência demonstradas, que acabam por ser incontornáveis não só nas estatísticas da criminalidade, como também na distorção do sentimento de segurança das populações” (pág. 41). Neste mesmo documento (pág. 45) já existe um tópico no qual se analisa o furto de MNP como um evento isolado, complementado com a tabela que “autonomiza” o furto de MNP (anexo B).

No mesmo documento refere-se ainda a importância dada ao assunto por organismos europeus, neste caso a EUROPOL pois “as preocupações manifestadas pelos representantes dos Estados-Membros acabaram por eleger o furto de metais não preciosos (...) como os fenómenos criminais a ser completamente introduzidos em 2013” (pág. 275).

Mais recentemente a EUROPOL (onde Portugal está representado por várias instituições, entre elas a GNR) tem tido um papel ativo na tentativa de diminuição deste tipo criminal, nomeadamente através da realização de reuniões e conferências, das quais se

destaca a 2ª Conferência Europeia sobre o Furto de Metais<sup>57</sup>, que teve lugar na Sede da EUROPOL em Haia, nos dias 23 e 24 de abril de 2014. Neste tipo de conferência, representantes de várias FFSS dos países pertencentes à EUROPOL, da Comissão Europeia, e de setores-chave como as telecomunicações, transportes ferroviários, energia e reciclagem, trocam informação, partilham boas práticas e organizam operações conjuntas<sup>58</sup>.

Neste aspeto importa referir que o próximo grande evento nesta temática será em outubro 2014, em Lisboa, no âmbito da POL-PRIMETT II<sup>59</sup>, sendo que o tema principal serão as parcerias entre público-privado no desenho de estratégias de prevenção e combate ao fenómeno criminal.

Também a nível europeu se destaca a preocupação e o trabalho realizados no âmbito da RAILPOL, constituída pelas polícias com responsabilidade sobre os transportes ferroviários dos diferentes países da UE (sendo Portugal representado pela GNR), que além de trabalhar também ao nível da partilha de informação e de operações a nível europeu<sup>60</sup>, disponibiliza *online* um “Copper E-book”<sup>61</sup>, que contem o material utilizado no setor ferroviário de cada país, facilitando assim o reconhecer de eventual material apreendido e conseguir chegar à sua origem.

Quanto a Portugal, em 2010, o fenómeno apresentou valores bastante preocupantes, apesar de distantes dos máximos alcançados em 2012, sendo na altura muito localizado no Ribatejo e no Porto, em que os distritos mais afetados eram Leiria, Santarém e Porto (GNR, 2011), pelo que iniciaremos a análise por aí.

---

<sup>57</sup> Fonte: [https://www.europol.europa.eu/latest\\_news/europol-hosts-2nd-eu-metal-theft-conference](https://www.europol.europa.eu/latest_news/europol-hosts-2nd-eu-metal-theft-conference), retirado em 21-07-2014.

<sup>58</sup> Por exemplo os “Action Day against Metal Theft and Scrap Metal Dealers”, como o ocorrido em maio deste ano, no qual houve em 20 países da Europa, durante dois dias, ações de fiscalização de operadores de resíduos e de fiscalização de trânsito, especialmente direcionadas contra o furto e recetação de metais.

<sup>59</sup> Extensão do projeto POL-PRIMETT que consiste num grupo de trabalho constituído por representantes de 8 Estados-membros da UE (a GNR é a representante de Portugal) e que por meio de encontros e conferências promove a troca de informações, partilha de boas práticas e sobretudo a promoção de parcerias entre as empresas afetadas e os organismos públicos.

<sup>60</sup> Operação “7<sup>th</sup> 24 Blue Rail Action Day”. Fonte: [http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r\\_vz24r05n/016vpvn5/016vpvn5\\_qr5p4vpn1&fonte=noticias&id=1415&Mes=3](http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r_vz24r05n/016vpvn5/016vpvn5_qr5p4vpn1&fonte=noticias&id=1415&Mes=3), retirado em 20-07-2014.

<sup>61</sup> Fonte: <http://media.railpol.eu/home-page.html>, retirado em 21-07-2014.

## 5.1 – Análise documental

Analisando os vários relatórios anuais sobre o furto de MNP que desde 2010 a GNR tem vindo a reunir, e que caracterizam o fenómeno na sua ZA, podemos obter uma imagem muito próxima da real, visto que a GNR pela sua implementação territorial, cerca de 94% do território nacional (CO, 2014) abarca a maioria das ocorrências.

Tomando o ano de 2013 como exemplo, em Portugal houve um total de 13422 crimes registados como “Furto de metais não preciosos”, figura 4, dos quais 10523 ocorreram na ZA da Guarda (figura 5), o que corresponde a uma percentagem superior a 78% das ocorrências a nível nacional. É de realçar também, que este crime foi o décimo crime mais participado em 2013, sendo o quarto na escala dos furtos.

TABELA DE CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM 2013	
Denominação	Ano 2013
Furto em veículo motorizado	29.654
Ofensa à integridade física voluntária simples	25.048
Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2	24.607
Furto em residência c arromb Escal Ou chaves falsas	22.197
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	22.928
Outros danos	18.150
Condução sem habilitação legal	12.019
Furto de veículo motorizado	14.762
Ameaça e coacção	14.680
<b>Furto de metais não preciosos</b>	<b>13.422</b>
Outros furtos	11.451
Furto em edif Comerc Ou indust C arromb Escal Ou chav	10.812
Furto por carteirista	10.263
Incêndio fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara	9.295

**Figura 4 - Crimes mais participados em 2013.**

**Fonte: RASI do ano 2013 (2014).**

Ainda na figura 5, na qual o “Furto de metais não preciosos” é o sexto crime mais participado à GNR em 2013, verifica-se que essas 10523 ocorrências correspondem a 6% da criminalidade total participada à GNR.

OS 15 CRIMES MAIS PRATICADOS EM 2013 NA ÁREA DA GNR	2013	Peso de cada crime
Furto em residência com arromb, escalam ou chaves falsas	14.125	8%
Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l	12.263	7%
Ofensa à integridade física voluntária simples	11.888	7%
Furto em veículo motorizado	11.042	6%
Outro dano	10.839	6%
Furto de metais não preciosos	10.523	6%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	9.639	6%
Outros furtos	9.509	5%
Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara	8.468	5%
Ameaça e coação	7.500	4%
Furto em ed. comercial ou industrial c/ arrombamento, escalamento ou chave falsa	5.908	3%
Furto de veículo motorizado	5.772	3%
Condução sem habilitação legal	5.735	3%
Outros crimes	3.924	2%
Difamação, calúnia e injúria	3.380	2%
<b>TOTAL (GNR)</b>	<b>172.937</b>	<b>75%</b>

Figura 5 - Crimes mais participados à GNR em 2013.

Fonte: Relatório Anual de Informações de 2013 (RAI) (GNR, 2013).

No quadro 3 temos os números de criminalidade registada pelo dispositivo da GNR, referente à sua ZA, entre 2010 e 2013. Como se pode verificar, o fenómeno, no geral, cresceu até 2012, sendo que em 2013 registou uma significativa quebra, na ordem dos 20%.

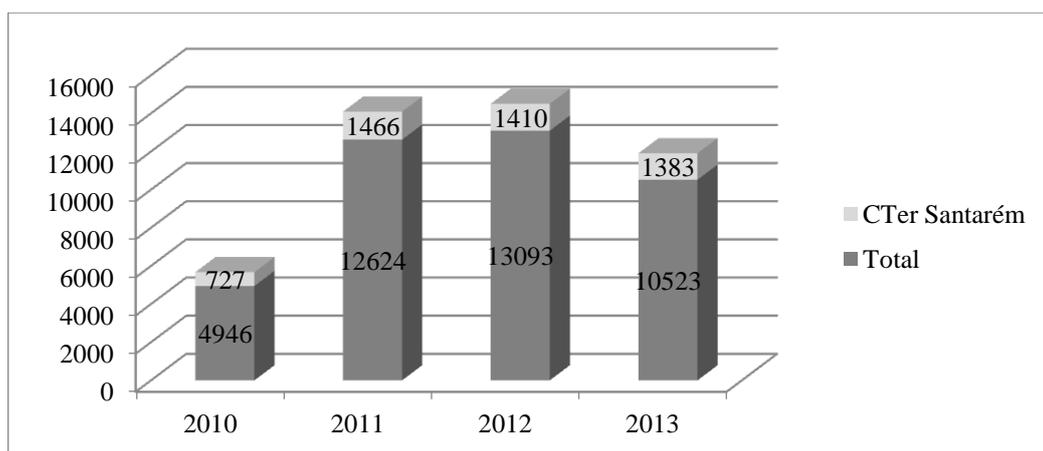
Quadro 3 - Furto de MNP na ZA da GNR.

2010	2011	2012	2013
4946	12624	13093	10523

Fonte: Direção Informações (DI), GNR.

Olhando o gráfico 2, temos a variação do número total de ocorrências, desde 2010 até 2013, e dentro desta, os dados estatísticos referentes ao CTer de Santarém. As ocorrências neste Comando são principalmente relacionadas com o furto de equipamentos de rega (agricultores), cabos e postos de transformação (EDP e PT) e equipamentos ferroviários, em especial caixas de impedância (REFER).

Na análise destes dados devem ser tidos em conta dois fatores fundamentais que a podem influenciar. Desde logo o “salto” que se verifica entre os anos 2010 e 2011, é ou pode em parte, ser explicado pelo despertar da população em geral para a temática. Quer pelos programas de prevenção que começaram a ser desenvolvidos, quer pela cobertura que os meios de comunicação social possam ter dado.



**Gráfico 2 - Comparação do fenómeno (CTer Santarém vs Total).**

**Fonte: Direção Informações (DI), GNR e CTer Santarém.**

O Major General Rui Moura (2014), antigo Adjunto do Comandante Operacional, responsável por estas matérias na GNR, refere exatamente o mesmo, assumindo que o “enorme número de cifras negras” em 2010 e o despertar para o fenómeno em 2011 levaram a um enviesamento dos dados.

O segundo ponto prende-se com mudanças na forma de registo da criminalidade pelas FFSS, na sequência de diretivas<sup>62</sup> que passaram a obrigar ao registo das ocorrências conforme o novo modelo 262 da DGPIJ, no qual o furto de MNP era registado autonomamente<sup>63</sup>. Tal permitiu a uniformização na recolha de dados e reduzir (ou até mesmo terminar) com a forma menos cuidada com que estes eram introduzidos, anteriormente como “furto em residência”, “outros furtos”, “dano”, entre outros.

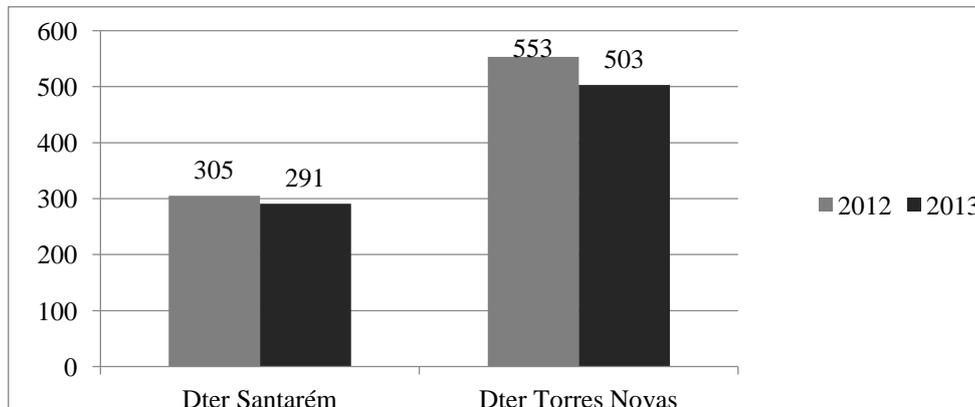
Esta alteração foi essencial para a compilação de melhores informações criminais e realização de relatórios que serviram de suporte a uma estratégia melhor pensada e coordenada.

Esclarecidos estes pontos, passemos à análise do gráfico 2. Após uma subida de mais de 155% em relação a 2010 (+ 7678 registos), explicável pelos argumentos já esgrimidos, o fenómeno continuou a subir em 2012, com mais 469 ocorrências registadas. Em 2013 os números foram inferiores (menos 2570 registos) ocorrendo uma descida de 19,6%. Em relação ao CTer de Santarém essa redução notou-se logo de 2011 para 2012 (menos 56 ocorrências) e em 2013, registando-se menos 27 ocorrências. Tal diminuição, ainda que pequena, permite inferir que as medidas aplicadas nesse Comando estão de facto a ter resultados.

<sup>62</sup> Nota 42/12/DI/CO de 3 de janeiro de 2012.

<sup>63</sup> A partir de 1 de janeiro de 2012 (RAI GNR, 2013).

Passamos agora a apresentar dois casos em concreto dentro do CTer de Santarém: o DTer de Torres Novas e o DTer de Santarém, no gráfico 3.



**Gráfico 3 - Número de ocorrências DTer Santarém e DTer Torres Novas.**

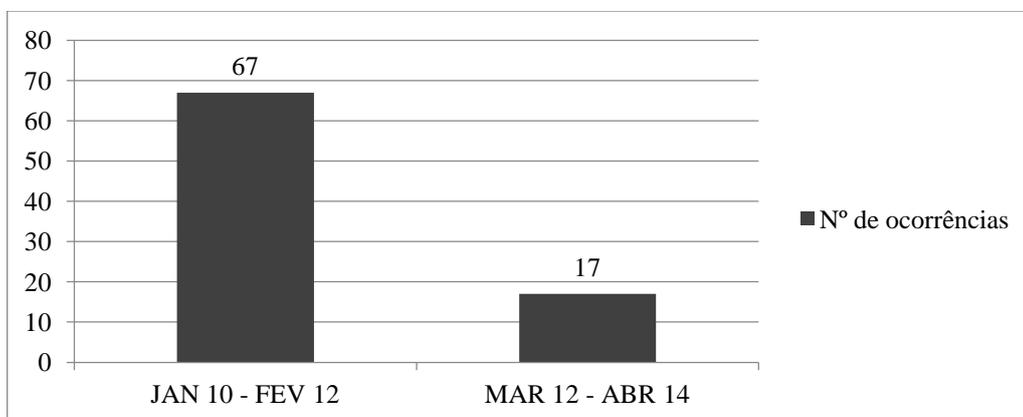
**Fonte: CTer Santarém (2014).**

Consideradas as ocorrências destes dois Destacamentos verificamos que a sua soma corresponde a mais de metade das ocorrências de todo o Comando, sendo por isso zonas de intervenção prioritária. Verificamos ainda que ambos apresentaram quedas no número de ocorrências de 2012 para 2013, sendo que o DTer de Torres Novas, ainda que tenha mais registos, registou também a maior descida percentual, na ordem dos 10% (de 553 para 503 casos).

Tal redução pode ser explicada com a implementação de uma iniciativa do Comandante do DTer de Torres Novas, avançada em primeiro lugar na Golegã (DTer Torres Novas) e de seguida, pelos bons resultados, em Almeirim (DTer de Santarém). Essa iniciativa consiste no condicionamento de vias municipais num horário definido, e cujo objetivo é condicionar a circulação de viaturas à noite, pelos caminhos agrícolas. Dessa forma os criminosos são dissuadidos de circularem de viatura nos campos agrícolas, sendo também dissuadidos de ir furtar equipamentos por serem constituídos de metal.

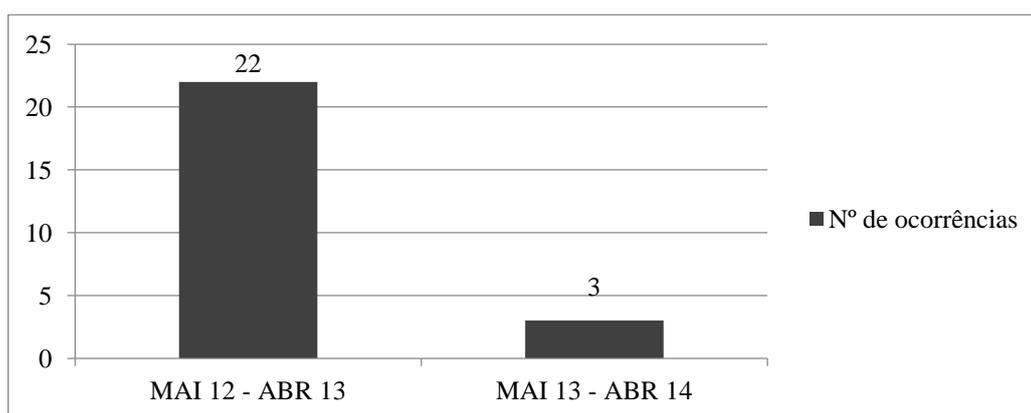
Verificando em pormenor cada um desses casos, temos no gráfico 4 a situação da Golegã. Analisando o período de 26 meses antes da implementação da medida, registaram-se 67 furtos em equipamentos da PT e de agricultores (pivôs). Considerando os 26 meses seguintes à iniciativa registaram-se menos 50 ocorrências, correspondendo a uma redução de quase 75%.

Já em Almeirim a medida foi adotada em maio de 2013. Comparando o número de ocorrências no período de um ano, antes da medida e após a medida (gráfico 5), verificamos que em períodos iguais, o decréscimo foi superior a 86%.



**Gráfico 4 - Furto de MNP vias condicionadas Golegã.**

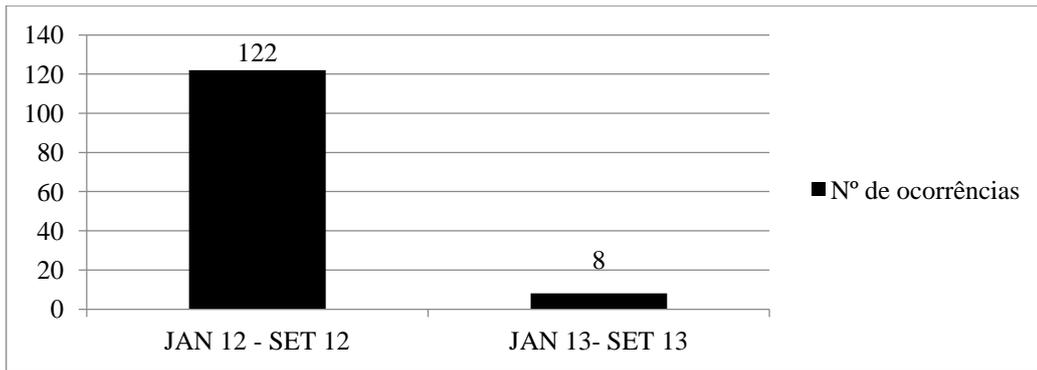
Fonte: CTer Santarém (2014).



**Gráfico 5 – Furto de MNP vias condicionadas Almeirim.**

Fonte: CTer Santarém (2014).

De seguida, no gráfico 6, apresentamos dados relativos a outra situação específica do CTer de Santarém, o furto de caixas de impedância da REFER na Linha de Vendas Novas. Entre janeiro de 2012 e setembro de 2012, ocorreram, só nessa linha, 122 furtos de caixas de impedância. Face a estes números, em setembro de 2012, avançou-se com a georreferenciação das caixas de impedância.



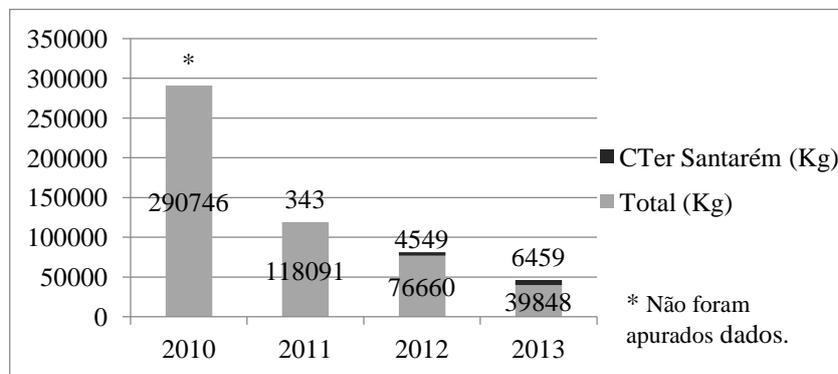
**Gráfico 6 - Furto de caixas de impedância (Linha de Vendas Novas).**

**Fonte: REFER (2014).**

Comparando o período homólogo, após a implementação da medida, verifica-se uma redução de ocorrências superior a 93%, baixando para apenas 8.

Se analisarmos outros indicadores, e estes já relacionados com a atividade operacional nacional da GNR, podemos confirmar no gráfico 7 que o peso do material recuperado diminuiu drasticamente desde 2010 (290746 Kg) para 39848 kg no ano passado.

Em relação a ao CTer de Santarém, a tendência é exatamente a inversa, visto que desde 2011 o material recuperado anualmente tem vindo a aumentar.



**Gráfico 7 - Material recuperado (CTer Santarém vs Total).**

**Fonte: DI, GNR e CTer Santarém.**

Se cruzarmos estes dados com o gráfico 8, verificamos que o número de apreensões a nível nacional subiu desde 2010 até 2012, e só no ano passado teve uma quebra na ordem dos 15%. Quanto ao CTer de Santarém, podemos afirmar que acompanhou a tendência nacional, tendo o número de apreensões subido até 2012, registando uma quebra no ano transato.

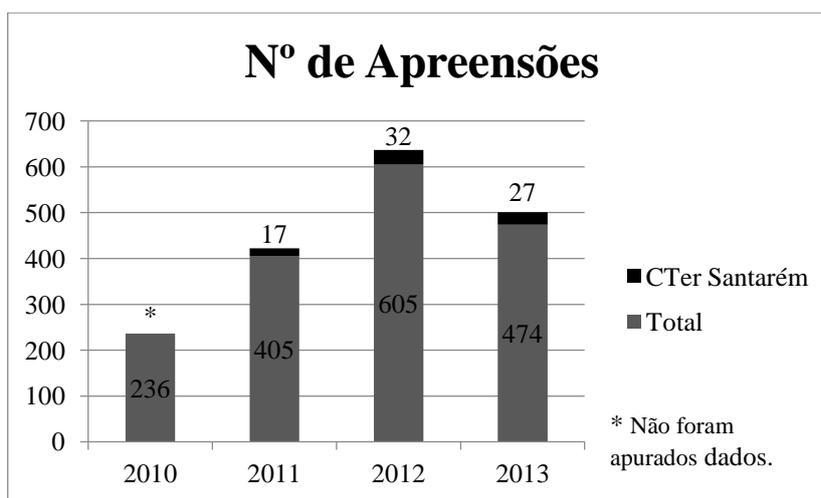


Gráfico 8 - N° apreensões (CTer Santarém vs Total).

Fonte: DI, GNR e CTer Santarém.

Apresentamos de seguida o gráfico 9, no qual temos o número de indivíduos detidos pela GNR a nível nacional e no CTer de Santarém por prática deste tipo de furtos.

O total do número de detidos por furto de MNP está em decréscimo desde 2011. O CTer de Santarém não tem acompanhado esta tendência, verificando-se subidas num ano e descidas no seguinte. Importa principalmente referir que 2013 foi, dos quatro anos analisados, o que teve menor número de detidos a nível nacional mas em Santarém registaram-se 46 detidos, sendo o ano com o maior registo.

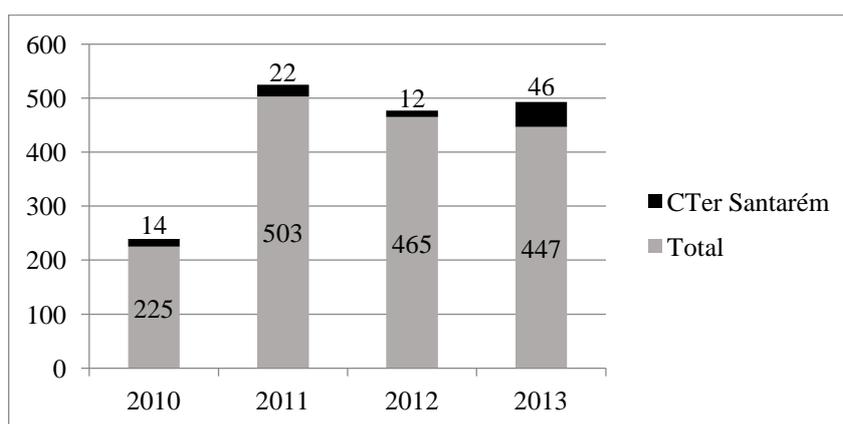


Gráfico 9 - N° de detidos (CTer Santarém vs Total).

Fonte: DI, GNR e CTer Santarém.

Deve-se referir também que Santarém em 2011 foi o sexto distrito com mais detenções deste tipo; em 2012 foi o décimo quarto (um decréscimo grande); e em 2013 foi o terceiro, com 46 detenções efetuadas.

## 5.2 – Medidas Tomadas

De forma a tentar explicar a variação do fenómeno confirmada no capítulo anterior discursar-se-á sobre as principais medidas e iniciativas tomadas pelos vários intervenientes na temática, para contrariar o furto de MNP.

Relembrando a definição de Estado segundo Caupers (1996) o esquema adotado será consoante as funções do Estado e as entidades representadas por cada uma.

### 5.2.1 – Governo/Ministério da Administração Interna

Como já foi referido, apesar dos vários problemas que o furto de MNP já causava em toda a Europa, a resposta em Portugal iniciou-se com a assinatura do Protocolo “Ribatejo Seguro”, entre o Governo Civil de Santarém, a Guarda Nacional Republicana, a EDP Distribuição e uma série de Associações de Agricultores da região ribatejana, a 18 de setembro de 2010. Este protocolo constituiu-se como o pilar do Projeto “Segurança no Meio Rural”, que anteriormente já tinha identificado problemas de furto de MNP no meio agrícola, levados ao Governo Civil pelos agricultores e as Câmaras Municipais.

O que o protocolo veio permitir foi o aproveitamento de um sistema que era utilizado pelo Governo Civil para ações de Proteção Civil<sup>64</sup>, para monitorizar aparelhos de georreferenciação, comprados e instalados pelos proprietários de equipamentos sensíveis ao furto de MNP, na Sala de Situação do CTer de Santarém (GNR, 2013)<sup>65</sup>. Para preparar a Sala de Situação (SSit) para ter condições de manter vigilância 24 horas e reunir meios necessários à intervenção oportuna, o Governo Civil apoiou o CTer de Santarém na compra do equipamento da SSit. Por sua vez o Governo Civil manter-se-ia o gestor do sistema, sendo responsável pela sua manutenção e por dar formação aos militares para operarem com o sistema.

O funcionamento na teoria era simples: os proprietários colocavam os aparelhos de georreferenciação nos seus equipamentos (Cláusula Sexta do protocolo, 2010) que eram monitorizados na SSit. Se houvesse algum problema o proprietário recebia um SMS, assim como a SSit, que enviava os meios ao local, após validação pelo proprietário (Cláusula Sétima, 2010). No caso de haver validação, a SSit fazia rapidamente deslocar ao local os

---

<sup>64</sup> O SIGES – Sistema de Informação Geográfica de Emergência de Santarém.

<sup>65</sup> Relatório de Informações 2/2013, de 15 de abril (GNR, 2013).

meios apropriados que fariam o reconhecimento da situação. Após isso era dado o feedback à SSit, que informava o proprietário das diligências tomadas e do resultado das mesmas<sup>66</sup>.

Os problemas associados eram exatamente a necessidade de validação (fator humano), perdendo-se tempo precioso e a inexistência de viaturas apropriadas à circulação nos campos, nem de GPS para as patrulhas que se deslocavam ao local.

O sistema que inicialmente tinha apenas alguns agricultores e a EDP - Distribuição, mostrou resultados e foi alargado a nível nacional surgindo o “Campo Seguro”. Assinado a 16 de novembro de 2011 (RASI do ano 2013, 2014) levou a que a PT, EPAL, REFER e a EDP – Renováveis se juntassem ao programa, conferindo-lhe maior dimensão e maior investimento. Entretanto estas entidades associaram-se criando a Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos (PSAT).

Ao mesmo tempo o Governo, através do Ministério da Administração Interna (MAI), e este muitas vezes através das FFSS, ia participando e colaborando em organizações e grupos de trabalho europeus em matéria de furto de metais, já referidos, e estabelecendo acordos bilaterais, diretamente com outros países. Destes acordos devemos destacar as cooperações estabelecidas com Espanha, nas XXV e XXVI Cimeiras Luso-Espanholas, onde por exemplo se criou um subgrupo de trabalho de luta contra o crime organizado sendo o furto de metais um dos temas (RASI de 2012, 2013, pág. 319).

Ainda em relação ao MAI deve ser feita a referência a um mecanismo presente no nº 2, do Art.º 12º da Lei 38/2009, de 20 de julho (Orientações de Política Criminal para o biénio 09-11)<sup>67</sup>, a criação de Equipas Mistas de Combate ao Crime violento e grave, pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, as quais são constituídas temporariamente e integrando elementos das diversas FFSS.

Disso é exemplo a ativação de uma Equipa Mista de Prevenção Criminal (EMPC) “destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubo de metais não preciosos<sup>68</sup>” (RASI de 2012, 2013, pág. 182).

---

<sup>66</sup> A patrulha após se deslocar ao local preenchia sempre, para além do expediente necessário e adequado à situação encontrada, uma ficha de incidente criada exclusivamente para o efeito.

<sup>67</sup> Que continuam a ser seguidas, em virtude da não vigência de outras (RASI de 2013, 2014).

<sup>68</sup> Já tendo sido desativada entretanto por “se entender que apresentavam resultados de funcionamento positivos e tinham sido alcançados os objetivos para que haviam sido criados” (RASI de 2013, 2014, pág. 175).

## 5.2.2 – Assembleia da República

A Assembleia da República, e todas as entidades que são envolvidas no processo legislativo, também teve um papel importante nesta temática, em dois momentos, um dos quais veio dotar as FFSS de uma maior capacidade de intervenção e fiscalização em operadores de resíduos.

Referimo-nos, em primeiro, à aprovação da Lei 54/2012 de 6 de setembro, que “define os meios de prevenção e de combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização à atividade de gestão de resíduos” (Art.º 1º). Esta Lei veio regular uma área intimamente ligada à temática e reconhecida como potenciadora do problema, pelas facilidades permitidas na compra e venda de MNP. Assim sendo introduziram-se uma série de obrigações e limitações a esta atividade das quais se destacam: a obrigatoriedade de adoção de um sistema de videovigilância (Art.º 2º) para controlo, no mínimo, das entradas e saídas das instalações<sup>69</sup>; criação e manutenção de um registo com dados sobre os vendedores/compradores, o material transacionado e os meios de pagamento (Art.º 3º); a proibição de pagamentos em dinheiro a partir de 50€, inclusive (Art.º 4º); e a obrigatoriedade de manter nas instalações durante três dias, tal como foi adquirido, o material transacionado (Art.º 5º).

Na parte da atividade operacional das FFSS e entidades fiscalizadoras, em concreto a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) foi-lhes aumentada a competência legal visto poderem consultar esses registos aquando de fiscalizações (Art.º 3º, n.º 3), e poderem proceder à fiscalização de veículos que se encontrem no seu interior (Art.º 6º), sem necessidade de mandato judicial<sup>70</sup>. Estas entidades podem ainda proceder ao encerramento temporário das instalações sempre que detetem a prática de um crime de furto ou recetação de MNP ou fortes indícios de tal (Art.º 6º).

De referir ainda a inclusão da interdição do exercício de atividade durante 2 a 10 anos (Art.º 7º) como pena acessória a quem seja condenado pela prática de crime previsto no n.º 1, do Art.º 7º, relacionado com MNP e no exercício de atividade de gestão de resíduos.

---

<sup>69</sup> Que atualmente ainda não vigora, por falta de regulamentação própria.

<sup>70</sup> Caso algum desses procedimentos seja adotado, é necessária a comunicação à autoridade judicial, nos termos do Art.º 33º da Lei de Segurança Interna (LSI).

O objetivo inerente a estas regras é responsabilizar os próprios operadores de resíduos e levá-los a ser uma boa fonte de informação, dissuadir quem furta, pois será mais difícil vender e por fim conseguir identificar indivíduos e identificar esquemas maiores ou associações criminosas.

O segundo contributo a nível legislativo é a alteração ao CP feita pela Lei 19/2013, de 21 de fevereiro, apelidada no meio informal de “qualificação do furto de metais não preciosos”. É importante clarificar que esta lei não qualifica o “crime furto de metais não preciosos”, visto que esse crime em termos formais não existe, porque não está tipificado autonomamente no CP.

Esta alteração surge por um lado como a tentativa de resposta aos índices do furto de MNP, mas principalmente pelo enorme número de ocorrências, em que despreocupadamente o criminoso furtava equipamentos afetos às grandes empresas de distribuição de água, eletricidade, água, gás, combustíveis ou transportes, entre outros, trazendo consequências ao normal funcionamento destes setores.

Ou seja, a ameaça à segurança interna é tal que “torna-se ainda mais relevante quando considerado o seu potencial disruptivo sobre as infraestruturas críticas nacionais de abastecimentos básicos e setores estratégicos da economia como transportes e as comunicações” (RASI do ano 2012, 2013).

O que se pretende com esta qualificação do furto (Art.º 204º do CP) é agravar a pena a quem devido ao furto, que no caso pode ser de MNP, impeça ou perturbe a exploração (e usufruição) desses setores considerados estratégicos.

### **5.2.3 – Procuradoria-Geral da República**

O contributo da Procuradoria-Geral da República (PGR) para a tentativa de controlo do furto de MNP foi principalmente, e não invalidando outras medidas que tenham sido tomadas mas que desconhecemos, a emissão de um conjunto de orientações<sup>71</sup> a todos os Procuradores-Gerais Distritais e DIAP de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.

Essas orientações, vertidas no despacho do Procurador-Geral da República de 13 de fevereiro de 2012 e dado a conhecer pela Circular 3/2012 previam, em traços largos, a centralização das investigações de crimes relacionados com MNP, tais como furto,

---

<sup>71</sup> Conferidas pelo n.º 2, do Art.º 12º da Lei 60/98 (Estatuto do Ministério Público), em linha com o Art.º 13º da Lei 17/06 (Lei-quadro de Política Criminal).

recetação e associação criminosa, nos DIAP, na área de cada distrito judicial e que para tal se criassem secções ou núcleos dedicados a essas investigações.

Paralelamente seriam estabelecidos pontos de contacto com os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) nomeadamente PJ, GNR, PSP e SEF, a APRITEL, REFER e PT, no sentido de dinamizar trocas de informação e reforçar a articulação funcional entre os serviços do Ministério Público, os OPC e as entidades lesadas (PGR, 2012).

#### **5.2.4 – Guarda Nacional Republicana**

Por motivos de comodidade de análise e de leitura, estão integrados neste subcapítulo não só as iniciativas tomadas pela GNR, mas também todas as outras que não sendo exclusivamente da iniciativa da Guarda, tiveram nela um apoio fulcral ao seu desenvolvimento, juntamente com as empresas afetadas e as várias entidades parceiras.

A GNR fruto da sua atividade diária, obrigatoriamente desde cedo começou a ter contacto com o fenómeno do furto de MNP. E também desde cedo se dedicou a reunir informação, analisá-la criminalmente e consolidá-la em relatórios<sup>72</sup> que sustentaram as primeiras tentativas de controlo do fenómeno, por exemplo no âmbito do “Ribatejo Seguro”.

Desde logo se destaca o facto do envolvimento em reuniões promovidas pelas Chefias da GNR e intervenientes como as empresas lesadas, Governo Civil, e Câmaras Municipais sendo o ponto de partida para a abordagem a toda esta temática. Nelas foi fundamental o estabelecimento de contactos, que permitiram dinamizar troca de informação, fazer prevenção e de algum modo tentar acalmar as populações. De destacar a produção de Relatórios de Informações<sup>73</sup>, por parte da GNR, com dados provenientes das empresas mais afetadas e que eram distribuídos ao dispositivo da Guarda, nomeadamente inventários dos seus equipamentos, para mais facilmente se reconhecerem quer em eventuais ações de fiscalização, quer na recuperação de material furtado. Esta informação foi apenas alguma da partilhada entre “vítimas” e GNR, mas que trazia grandes benefícios na atuação no terreno<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Este facto é comprovado pelas diretivas emanadas pela estrutura de Investigação Criminal da GNR, que fazendo Ordens de Pesquisa às Unidades Territoriais recolhia dados para posterior tratamento, como comprova o RELINF 5/2012, de 15 de junho, do CTer de Santarém.

<sup>73</sup> Por exemplo os Relatórios 2390/12 e 1253/13 produzidos pela Direção de Informações da GNR.

<sup>74</sup> Outro exemplo é o reconhecimento das credenciais utilizadas pelos trabalhadores dessas empresas, ou de outras por elas subcontratadas, para que no terreno se pudessem identificar infratores a “trabalhar” quando na realidade estariam a furtar.

Para além disso, e no âmbito da sua atividade operacional passaram a ser realizadas anualmente várias operações policiais direcionadas para o controlo do furto e recetação de MNP, de âmbito europeu<sup>75</sup> e nacional<sup>76</sup>. Neste âmbito há que destacar duas operações, com objetivos eminentemente distintos: Operação “Verdete” e Operação “Campo Seguro”.

A primeira com incidência na fiscalização de empresas operadoras de resíduos e fiscalização rodoviária junto a essas empresas (GNR, 2014), a segunda de âmbito preventivo que consiste numa série de ações de sensibilização<sup>77</sup>, levadas a cabo principalmente por militares adstritos aos programas especiais e Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA). Materializam-se em sessões de esclarecimentos em sala e em contactos individuais no sentido de dar conselhos aos agricultores e idosos isolados (essencialmente) para reduzirem a sua vulnerabilidade a este tipo de ilícito. Para tal é ainda distribuído um panfleto, anexo C.

E por em Santarém esse problema ter tido uma incidência bastante grande em alguns lesados, o CTer de Santarém, além de cumprir com as indicações superiores do Comando da Guarda, realizou essas reuniões no distrito e juntamente com outros intervenientes desenvolveram respostas específicas para a região.

Uma dessas respostas foi o “Condicionamento de Estradas Municipais” na Golegã. Proposta feita pelo Comandante de DTer de Torres Novas em 2012, que consistia na interdição de algumas vias municipais de acesso aos campos agrícolas, durante o período noturno (19h-07h), ficando apenas transitáveis para moradores ou proprietários de terrenos nessa zona, que utilizassem um dístico atribuído pela Câmara Municipal.

Para tal, e visto que a medida era restritiva de liberdades, direitos e garantias, houve a necessidade de regulamentação municipal, aprovada em Assembleia Municipal, com base nas informações recolhidas e tratadas pela GNR, ao que se seguiu a sua publicitação em Edital para conhecimento de todos os munícipes (Edital CM Golegã 3/2013).

Tendo o intuito de evitar os inúmeros furtos em material agrícola, postos de transformação e cablagem, que ocorriam durante a noite, a medida teve grandes resultados, de tal forma que também o concelho de Almeirim adotou essa prática (agora em coordenação com o DTer de Santarém).

A PT por sua parte também adotou medidas de segurança no que à sua extensão de cabos elétricos diz respeito, implementando um sistema semelhante de referenciação das

---

<sup>75</sup> Como já vimos, os “Rail Action Days”, por exemplo.

<sup>76</sup> Sendo que a PSP, também realiza operações neste âmbito nomeadamente a “Operação Verdete” e a operação “Teias de Cobre”.

<sup>77</sup> Diretiva Operacional 19/2014, referente à Operação “Campo Seguro” deste ano.

linhas elétricas (Rede Alarmada), cuja vigilância também ficava a cargo da GNR, por meio da sua SSit. Com base num acordo verbal<sup>78</sup>, também foram distribuídos 2 dispositivos GPS, para utilização pelas patrulhas no caso da necessidade de deslocamento ao local de uma ocorrência. Caso haja o corte de uma linha, há também uma mensagem enviada para a PT e para a SSit do CTer de Santarém, que atua após a receção desse alarme.

Também a REFER teve na área de Santarém<sup>79</sup> um problema muito específico e com grandes consequências para a circulação ferroviária: o furto de caixas de impedância. Por serem equipamentos que passavam um pouco despercebidos e tecnicamente necessitavam maior conhecimento, não havia muitos indivíduos ou grupos a tentar furtá-las, mas sim apenas alguns, muito “especializados” e que provocavam grandes prejuízos<sup>80</sup>.

À semelhança dos agricultores e da PT, a solução encontrada foi georreferenciar esses equipamentos, ligando o sistema à SSit do CTer de Santarém, sendo o processo em tudo semelhante. O alerta aparecia nos ecrãs da SSit, e ao mesmo tempo na REFER, sendo os meios imediatamente acionados.

A necessidade dessa validação ser mais rápida e com melhor qualidade de informação, levou a GNR a desenvolver uma solução em que os intervenientes cujos dispositivos eram vigiados na SSit, enviassem a mesma informação, estando o tipo de informação já definida. Surgiu então uma adaptação do Common Alerting Protocol (CAP)<sup>81</sup>, para o “CAP GNR”, uma solução tecnológica com os objetivos de encurtar o tempo de intervenção da GNR, definir a informação requerida para um alerta ser corretamente respondido e aprofundar o estudo do fenómeno (CO, GNR, 2014). Este “CAP GNR” funciona em dois tempos:

- Primeiro, aquando de um corte numa “Linha Alarmada” ou furto de um equipamento georreferenciado é enviada uma mensagem<sup>82</sup> (quer para o lesado, quer para a GNR) para o Centro de Comando e Controlo Operacional da GNR (CCCO), no Comando-Geral, que a reenvia para o CTer da área da ocorrência (ex. no anexo E). O CTer depois dá a resposta ao incidente e feedback ao CCCO.
- Segundo, esse incidente cria um registo ao qual pode ser adicionado mais informação (após a resolução do incidente) e que para além de servir como

---

<sup>78</sup> Relatório 3/2012 do Núcleo de Análise de Informação Criminal do CTer de Santarém.

<sup>79</sup> Principalmente na Linha de Vendas Novas, entre Coruche e Marinhais (Fonte, 2014).

<sup>80</sup> Furto de 49 bobines, entre maio e setembro, no valor de 191000€ (CTer Santarém, 2012).

<sup>81</sup> Um Protocolo de informação americano utilizado em Gestão de Crises para maior interoperabilidade entre os serviços de emergência na resposta por exemplo a catástrofes naturais.

<sup>82</sup> Para uma caixa de correio eletrónico criada com esse propósito.

“relatório” das diligências efetuadas, pode ser aproveitado para tratamento de informação criminal e/ou estatística.

O sistema é inovador e apenas o primeiro tempo se encontra totalmente em funcionamento, mas o mesmo tem ainda outras capacidades como a interação direta com o sistema SIG-SIRESP, que permitirá a visualização em tempo real dessas ocorrências (CCCO, 2013). O mesmo permite ainda anexar um ficheiro .kml (Google Earth) com as coordenadas exatas do local.

Entretanto as próprias empresas uniram-se no sentido de juntar esforços e encontrar alternativas e medidas que contrariem os avultados prejuízos que vêm somando e criaram a PSAT. Esta Associação tem apostado principalmente na facilitação e troca de informação, partilha de boas práticas, comparência nas várias conferências internacionais sobre a temática, na investigação e na componente de cooperação com as FFSS.

Nesse âmbito existe até uma relação privilegiada com a GNR, visto que além das vantagens de agilização próprias de boas relações institucionais, tem havido colaboração material. Prova disso é o Protocolo de Cooperação entre a PSAT e a GNR, assinado a 12 de Abril de 2013, no qual foram cedidas a esta última quatro viaturas todo-o-terreno, destinadas, conforme disposto no 2º ponto, a ser utilizadas “nas medidas de prevenção e combate aos ilícitos criminais” relativos a MNP.

Como se pode verificar pelas medidas apresentadas a consciência da problemática do furto de MNP é grande e os vários intervenientes têm vindo a trabalhar em conjunto, para soluções eficazes.

### **5.3 – Análise das entrevistas**

As transcrições das entrevistas, pela sua dimensão, não foram incluídas neste trabalho, sendo construídos quadros com as principais expressões de cada “e.”, relativos a cada uma das 18 perguntas. Tais quadros podem ser consultados no apêndice C.

Com base nesses quadros serão analisadas de seguida as perguntas, com vista à resposta das QD.

**1ª Pergunta: Que programas estão/estiveram implementados na ZA do CTer/DTer/Distrito de Santarém?**

A resposta a esta pergunta, quando dirigida ao CTer foi praticamente unânime, sendo que a esmagadora maioria dos e. responderam o programa “Campo Seguro”, programa de aplicação nacional e a grande maioria referiu o “Ribatejo Seguro” (âmbito regional) como o seu antecessor, limitado à zona do Ribatejo.

Alguns dos e. também referiram as iniciativas que existiam na sua área de conhecimento nomeadamente o condicionamento das vias municipais na Golegã e em Almeirim.

**2ª Pergunta: Quem são/foram os intervenientes nesses programas?**

Os e. apontaram como intervenientes no “Campo Seguro” a GNR, devendo ser ressalvado que a participação ocorre por intermédio do MAI, representado pelo Adjunto do Comandante do Comando Operacional da GNR, a EDP Distribuição, EDP Renováveis, REFER, PT e a EPAL, referindo que estas últimas associaram-se criando a PSAT.

Em relação ao “Ribatejo Seguro” participou a GNR, por intermédio do CTer de Santarém, o Governo Civil de Santarém, a EDP – Distribuição e algumas Associações de Agricultores: Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação; Associação de Agricultores do Concelho de Coruche e Vale do Sorraia; Associação de Agricultores do Ribatejo e Agrotejo – União Agrícola do Norte do Vale do Tejo.

No âmbito local, quanto ao Condicionamento das vias municipais refere-se ainda a participação das Câmaras Municipais da Golegã e de Almeirim.

**3ª Pergunta: Que outras iniciativas foram tomadas pelo CTer/DTer/Distrito de Santarém?**

Complementariamente aos programas já identificados foram referidas uma série de iniciativas, a nível regional e local, com origem nos diferentes intervenientes que se passam a elencar:

- Conferências e reuniões entre os vários intervenientes na temática (Governo, empresas, forças de segurança, Autoridade Tributária (AT), Ministério Público...);

- A preparação da SSit para monitorizar os equipamentos georreferenciados;
- A “Rede Alarmada” em colaboração com a PT;
- Georreferenciação das caixas de impedância em colaboração com a REFER;
- O protocolo “CAP GNR”;
- Ações de informação/sensibilização e prevenção;
- Ações de patrulhamento e operações policiais direcionadas a esta matéria.

Todas estas medidas apontadas pelos e. apontam no mesmo sentido da análise documental feita nesta investigação.

**4ª Pergunta: Como é feita a colaboração com as associações com interesse/autoridades nesta matéria (*stakeholders*)?**

Realizada a análise a esta pergunta, verificou-se que a colaboração entre os vários intervenientes é realizada, no geral, principalmente no âmbito da partilha de informação, não invalidando as seguintes formas:

- Disponibilização do sistema SIGES pelo Governo Civil de Santarém para monitorização dos equipamentos de georreferenciação;
- Patrocínio de equipamentos para equipar a SSit do CTer de Santarém, pelo Governo Civil;
- Disponibilização de quatro viaturas todo-o-terreno, por parte da PSAT, ficando duas alocadas ao CTer de Santarém;
- Disponibilização de equipamentos GPS para utilização das patrulhas, pela REFER;
- Autenticação de dísticos por parte da Câmara Municipal de Almeirim e acesso a base de autorizações à GNR;
- Colocação de sinalização, pela Câmara Municipal de Almeirim;
- Apoio nas operações direcionadas ao furto de MNP, por parte de elementos da AT;
- Formação das empresas (PT) aos militares da GNR sobre os equipamentos e sobre reconhecimento das credenciais;
- Partilha de informação entre os intervenientes.

**5ª Pergunta: Na sua opinião, qual é a mais-valia resultante da cooperação entre forças de segurança, neste caso a GNR, e as empresas/empresários ou as associações que os representam?**

Foram várias as mais-valias apontadas, em concreto e principalmente a disponibilização de melhor informação e em tempo útil, que permitisse não só a intervenção em tempo, mas também com valor para a análise criminal e a disponibilidade e iniciativa que permitiam passar para as populações a ideia de que se estava e está a trabalhar nas respostas para o problema.

Foram ainda referido pelos e.:

- A participação fundamental da GNR, que permitiu a existência do “Ribatejo Seguro”;
- A dimensão que a EDP trouxe a esse projeto, sendo também responsável pela passagem para o “Campo Seguro”;
- O aumento dos meios utilizados para reduzir o fenómeno.

**6ª Pergunta: O CTer de Santarém apresenta algumas particularidades que possam contribuir para o elevado nº de ocorrências? Se sim, quais?**

Todos os e. referiram o facto de Santarém ter grandes extensões de campos agrícolas, sobretudo com culturas de regadio, que levam há existência de muitos equipamentos espalhados, em áreas grandes, com poucas medidas de proteção e pouca vigilância. Também todos referiram a grande quantidade de equipamentos disponíveis a quem quer furtar, tendo vários e. referido a grande extensão de cabos elétricos e outros equipamentos elétricos e o e.12, o enorme número de ferrovias existentes no distrito.

Alguns dos e. referiram ainda o facto de Santarém estar posicionado no centro do País sendo uma “plataforma de distribuição” (e. 1) para Portugal inteiro, perto do litoral (portos) e com bons acessos rodoviários nomeadamente a A1 e A23. O e.9 apontou também o elevado número de operadores de resíduos existentes na região, que tornam possível escoar rapidamente o produto dos furtos.

**7ª Pergunta: Após a implementação das várias iniciativas e programas como tem variado o fenómeno na sua ZA?**

Quanto a esta questão todos os entrevistados têm noção de que o furto de MNP tem vindo a diminuir, o que é comprovado pelos dados estatísticos apresentados anteriormente.

Os e.2 e e.9 em relação à medida de condicionamento das vias municipais (na Golegã e em Almeirim) avançaram com uma redução na casa dos 80% a 90%.

**8ª Pergunta: Quais foram os resultados imediatos/curto prazo dessas medidas e programas?**

No geral todos os e. referiram a diminuição do número de ocorrências de furto de MNP.

De entre as respostas destacam-se as dos e.3, e.5, e.9, e.11, e.12, que referem como resultado imediato a detenção ou identificação de indivíduos e a recuperação de material furtado, dando exemplos concretos disso.

Regista-se ainda uma resposta que afirma que essas medidas “tranquilizam” as vítimas ou seja beneficiam o seu sentimento de segurança (e.10) e outra que destaca a melhoria da taxa de sucesso em evitar o furto face à utilização da Rede Alarmada.

**9ª Pergunta: O CTer de Santarém apresenta algumas particularidades que tenham impacte direto no sucesso/insucesso das medidas tomadas para fazer face a este fenómeno? Se sim, quais?**

No geral a resposta a esta pergunta apontou no sentido de que o sucesso (pelo menos relativo ou aparente) das medidas tomadas devia-se em muito à motivação, sensibilidade, profissionalismo e capacidade de iniciativa, presentes nos vários níveis de Comandantes do CTer de Santarém e que isso também motivava os seus subordinados.

Foi também apontada a ligação entre os vários parceiros, tomando precauções em cada nível, desde os lesados, até às forças de segurança.

Por outro lado os entrevistados e.3 e e.10 referiram um aspeto no sentido negativo, de que a falta de meios, e em concreto meios automóveis todo-o-terreno, afetava a eficácia da GNR na resposta às ocorrências de furto de MNP.

**10ª Pergunta: As medidas/iniciativas aplicadas no distrito de Santarém podem ser aplicadas, com os mesmos resultados, a outros distritos?**

A resposta a esta questão seguiu essencialmente duas linhas: a primeira totalmente afirmativa, demonstrando com exemplos que existem iniciativas avançadas em Santarém, como a georreferenciação das caixas de impedância, que já está a ser implementada em Setúbal, ou as “Redes Alarmadas” da PT, no Algarve. Ainda na mesma linha, algumas medidas, por serem tecnológicas, como o “CAP GNR”, ou por terem o apoio de empresas nacionais como a PT ou EDP, também podem ser aplicadas, com os mesmos resultados ou ainda melhores, desde que haja investimento.

A segunda, em que os e. afirmaram que para cada distrito devem ser feitos estudos, e aplicadas medidas adequadas a esse caso, e não apenas por terem tido sucesso em Santarém. Um exemplo apontado é o “Condicionamento de vias municipais”, que só tem aplicabilidade e principalmente eficácia se for aplicado em zonas eminentemente agrícolas ou de mata, sem povoações perto.

**11ª Pergunta: Na sua opinião, o caso do CTer Santarém é um sucesso ou insucesso?**

Nesta questão o CTer de Santarém foi em quase todos os e. apontado como um sucesso. Contudo foi referido pela maioria que embora não se possa erradicar esta prática (à semelhança de todos os crimes) ainda se pode e deve fazer muito para diminuir o fenómeno. Ou seja, tendo as medidas aplicadas resultado na melhoria dos principais indicadores deste ilícito, os mesmos devem servir como motivação para inovar mais e justificação para haver mais parcerias e mais apoios.

Contudo foram destacadas duas iniciativas, de âmbito local, reconhecidas como sucessos, sendo o condicionamento de vias municipais e a georreferenciação de caixas de impedância.

**12ª Pergunta: Quais são os organismos/organizações/fóruns europeus em que Portugal participa?**

Os dois entrevistados apresentaram a mesma resposta: POL-PRIMETT II, EUROPOL e RAILPOL, todos programas e entidades já abordados anteriormente.

**13ª Pergunta: De que forma tem havido cooperação europeia no âmbito do furto de MNP?**

A resposta a esta questão foi obtida com base na resposta do e.4. Segundo ele, a cooperação europeia assenta essencialmente na existência de conferências, realizadas no âmbito das organizações já referidas, onde existe partilha de informação, boas práticas e também operações.

O e.4 referiu ainda que a nível de cooperação internacional também se têm desenvolvido acordos bilaterais com a Espanha, por exemplo a Declaração Conjunta dos Ministros do Interior e da Administração Interna, na luta contra a criminalidade, nomeadamente o furto de metais não preciosos (RASI de 2013, 2014, pág. 344). Esses acordos que são posteriormente materializados com operações conjuntas da GNR com a *Guardia Civil*, ao longo da fronteira.

**14ª Pergunta: A nível nacional, que resposta política houve quanto ao furto de MNP?**

Os e. responderam a esta pergunta referindo que a criação dos programas de prevenção ao furto de MNP, em concreto o “Campo Seguro”, são uma resposta política, visto terem sido criados na alçada do MAI, e ainda a existência de reuniões entre o Comando da Guarda e a Secretaria de Estado da Agricultura, na qual é feito o ponto de situação. O e.4 aponta ainda as alterações legislativas ocorridas, nomeadamente a aprovação da Lei 54/2012, de 6 de setembro.

**15ª Pergunta: A nível nacional quais foram as preocupações da GNR quanto ao furto de MNP?**

Ambos os e. concordam que a primeira preocupação da GNR foi consolidar informação policial e criminal sobre o furto de MNP. Para chegar a este desiderato foi constituído um grupo de trabalho, a nível da GNR, que contou com representantes da Direção de Investigação Criminal (DIC), a Direção de Operações (DO), através dos Programas Especiais, a Direção de Informações (DI), a Direção SEPNA (DSEPNA), as Relações Internacionais (RI), as Relações Públicas (RP) e o Adjunto do Comandante do Comando Operacional como coordenador.

**16ª Pergunta: Na prossecução da missão da GNR, que forma de atuação foi privilegiada: a prevenção ou a repressão?**

A análise das respostas a esta pergunta leva a concluir que numa primeira fase, na qual houve a tomada de consciência da dimensão do fenómeno, e pelo elevado número de ocorrências estar a afetar o sentimento de segurança das populações, foi necessário apostar na repressão. E isso, segundo o e.4, foi necessário para mitigar a ideia de que este tipo de criminalidade era praticado de forma impune.

Contudo (e essa também é a opinião do e.6) no cômputo geral, a forma de atuação que oferece, a longo prazo, melhores resultados é a prevenção, e é essa que se tem privilegiado. Prevenindo os grupos de risco e apontando as suas debilidades a nível de segurança, a GNR (e as FFSS no geral) contribuem para que os próprios visados tomem medidas de segurança, muitas tão simples como alterar rotinas diárias, de forma a tornar mais difícil para quem furta, consumir essas práticas.

Com essa atuação a montante, a GNR consegue reduzir o problema, antes mesmo de este se manifestar (prevenção).

**17ª Pergunta: Quais os fatores que influenciam uma e outra?**

A escolha de uma forma de atuação, não é uma questão linear de simples opção, e está diretamente ligada à estratégia adotada. Portanto não é correto falar em assumir uma ou outra com uma justificação dogmática, mas sim decidir segundo “a carta de situação”, tendo maior pendôr para uma ou para outra.

Contudo considerando a linha temporal, o e.4 refere que o principal fator que define essa “escolha” é a necessidade de informações: quer para análise criminal, e aí a repressão funcionará melhor, quer para a investigação criminal, onde provavelmente não terá tanto interesse essa abordagem.

**18ª Pergunta: Privilegiou-se a detenção imediata dos infratores (aumento do sentimento de segurança nas populações vs. menor eficácia da investigação) ou a investigação criminal (menor sentimento de segurança imediato vs. maior consolidação da investigação)?**

A resposta obtida alinha-se com a estratégia da Guarda, sendo que a experiência que os e. têm condiciona a atuação imediata, no que a fazer detenções diz respeito, pela rapidez do furto em si e pelas características do meio envolvente. No geral todos os e. afirmam que é muito positivo sempre que se consegue fazer uma detenção. Apresentam alguns exemplos, mas reconhecem que são extremamente difíceis de concretizar, e que o seu alcance (tirando a melhoria do sentimento de segurança das populações) é limitado.

## Capítulo 6

### Conclusões e Recomendações

Neste capítulo dispomo-nos a confirmar ou infirmar as H levantadas no início da investigação, responder às QD e à QC com base no trabalho de campo realizado e por fim apontar as limitações desta investigação.

#### 6.1 – Verificação das Hipóteses

**H1 – O Estado para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos implementou legislação específica.** Esta H é confirmada quer pela análise documental, quer pela resposta à pergunta 14 das entrevistas. Na primeira é detalhada a Lei 54/2012, de 6 de setembro que “define os meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos”, como uma medida diretamente tomada para fazer face ao fenómeno, tentando dissuadir operadores de resíduos a funcionar como recetadores e por consequente quem furta, por não ter a quem vender facilmente o produto do furto.

É ainda referida a Lei 19/2013, de 21 de fevereiro, que acrescenta uma alínea à qualificação do furto (Art.º 204º CP), que não sendo uma abordagem direta ao fenómeno, foi tomada por causa de, e para sua redução. O principal objetivo é portanto dissuadir o furto de metais, em equipamentos adstritos a áreas de interesse estratégico, nomeadamente comunicações, fornecimento público de energia, água, luz, calor, gás e combustíveis.

**H2 - O Estado para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos adotou outras iniciativas políticas.** Esta H também fica confirmada. Tendo em conta a definição de “Estado” que adotámos nesta investigação, no limite, a maioria das medidas aqui referidas são da iniciativa e manutenção do Estado. Contudo iremos, como dissemos anteriormente, particularizar os seus agentes em concreto.

Para além do envolvimento nos programas de âmbito regional (“Ribatejo Seguro”, por meio do Governo Civil de Santarém) e nacional, como o “Campo Seguro”, que é feito, no caso pela GNR, mas sob a égide do MAI (confirmado também pelas respostas às perguntas 1 e 2), é de realçar as iniciativas tomadas em termos de cooperação europeia e bilateral. Tal como os e. confirmam nas respostas às perguntas 12, 13 e 14, também na introdução do Capítulo 7 e no subcapítulo 7.2.1, fizemos o levantamento de alguns compromissos assumidos por Portugal neste âmbito, em concreto pelo MAI, por exemplo os Acordos Bilaterais com o Ministro do Interior, ou pelas suas FFSS, como é o caso na EUROPOL, RAILPOL ou no Projeto POL-PRIMETT II.

Em relação a este aspeto, o e.4 refere ainda como outras iniciativas políticas a realização de reuniões entre o Comando da GNR e entidades com responsabilidade política, como a Secretaria de Estado da Agricultura.

**H3 – A GNR reforçou o patrulhamento nas zonas de maior incidência deste tipo de crime.** Confirmada. Analisadas as perguntas 3, 16 e 17, numa das quais o reforço de patrulhamento ou o “patrulhamento direcionado” é diretamente referido como “outros tipos de iniciativas” aplicadas em Santarém. Igualmente se tivermos em conta as operações realizadas anualmente pela GNR, quer isoladamente, quer colaborando com outra entidades, no âmbito da prevenção e resposta a este tipo de criminalidade, tem-se que o patrulhamento nessas áreas é reforçado.

**H4 – A GNR criou e implementou, a nível nacional, programas especiais de policiamento para fazer face a este tipo de crime.** Esta H afigura-se-nos parcialmente infirmada. Recuperando as respostas à pergunta 15, é um facto que a GNR teve uma preocupação em estudar o fenómeno e assim delinear uma estratégia que permitisse uma resposta funcional. E existem Programas Especiais de policiamento a nível nacional dirigidos à temática do furto de MNP, nos quais a GNR é a principal força de segurança e responsável por desenvolver as atividades desses programas.

Contudo, e mesmo que a iniciativa de criação desses programas tenha partido da força de segurança em questão, pelo conhecimento dos problemas, conhecimento do território e estudo das soluções, a sua materialização foi possível apenas sob égide do MAI, pelo que classificamos a H como parcialmente infirmada.

**H5 – O Comando Territorial de Santarém aumentou o patrulhamento das áreas rurais e realizou ações de sensibilização junto da população.** Confirmamos esta H. Recorrendo às respostas às perguntas 3 e 5, e pela justificação da H3, confirma-se o aumento do patrulhamento nas áreas rurais. Quanto às ações de sensibilização, que também foram referidas nas várias entrevistas, são também confirmadas no subcapítulo 7.2.4 por serem executadas, pelo menos, no âmbito da operação anual “Campo Seguro”.

**H6 – O Comando Territorial de Santarém implementou programas especiais de policiamento e estabeleceu contratos locais de segurança.** Esta H é parcialmente confirmada. Quanto aos contratos locais de segurança esta é totalmente infirmada, pois nem nas entrevistas, nem na documentação analisada encontramos fundamento para tal. Existe colaboração entre várias entidades, nomeadamente GNR, Associações de Agricultores, PSAT, Câmaras Municipais... contudo não foi estabelecido nenhum Contrato Local de Segurança.

Quanto às medidas especiais aplicadas pelo CTer de Santarém temos que existe um conhecimento de possíveis causas para os elevados índices de criminalidade deste tipo, pelo que as iniciativas tomadas têm essas idiossincrasias em conta (perguntas 3 e 6). Dessas medidas específicas há que destacar claramente o Condicionamento de Vias Municipais e a georreferenciação de caixas de impedância como a que melhores resultados apresentaram.

**H7 – As iniciativas e programas especiais adotados no Comando Territorial de Santarém resultaram na diminuição deste tipo de criminalidade no distrito.** Esta H é totalmente confirmada. Para além da noção por parte de todos os entrevistados (perguntas 7 e 8) de que o conjunto das iniciativas tomadas tem minorado o problema, existem os relatórios policiais e as estatísticas apresentadas no subcapítulo 7.1 que confirmam esses resultados. A redução do número de ocorrências no CTer de Santarém, iniciada em 2012, ocorre há dois anos, sendo mais significativa relativamente ao condicionamento das vias e à georreferenciação das caixas de impedância.

A diminuição no número de ocorrências nas áreas onde foram aplicadas estas duas medidas chega aos 90%.

**H8 – As iniciativas e programas especiais adotados no Comando Territorial de Santarém permitiram efetuar a detenção de indivíduos que se dedicavam a este tipo de crime.** Esta H é parcialmente confirmada. Se tivermos em conta as respostas dadas às perguntas 7, 8, 16 e 18 existem e. que afirmam a existência de detenções devido a uma medida em concreto, e até apresentam exemplos. Contudo esses exemplos não são os suficientes para conseguirmos estabelecer uma tendência neste campo.

Se verificarmos o gráfico 8 também não conseguimos estabelecer uma tendência, só para o CTer de Santarém, pela variação que esse indicador tem sofrido. No entanto, podemos afirmar que as iniciativas têm permitido a detenção de indivíduos e que esses valores subiram, no último ano relativamente a outros distritos.

**H9 – Os parceiros locais envolveram-se decisivamente nos programas especiais implementados pelo Comando Territorial de Santarém.** Esta H parece-nos totalmente confirmada. Tendo em conta as respostas às perguntas 2, 3, 4, 5, e 11 temos a consciência de que os principais afetados têm colaborado muito com a GNR (e vice-versa) e que esse envolvimento é sentido de parte a parte.

Dois desses exemplos são: a participação das Câmaras Municipais nas iniciativas do Condicionamento de Vias Municipais e o envolvimento da REFER. As primeiras fundamentais no processo de aprovação e implementação de uma Postura Municipal e divulgação à população por meio de Edital, da entrada em vigor da medida, sendo que posteriormente é também necessária a colocação de sinalização de trânsito que lhe dê “corpo”. E ainda a dissimulação dos aparelhos de georreferenciação nos equipamentos, concretizando-se a georreferenciação das caixas de impedância.

**H10 – O contributo dos parceiros locais centrou-se fundamentalmente na disponibilização de recursos materiais.** H infirmada. Atentando nas respostas às perguntas 4 e 5 principalmente, verificamos que o contributo dos “parceiros locais”, como por exemplo o Governo Civil de Santarém, a PSAT, a PT, as Câmaras Municipais, entre outros, vai muito além da disponibilização de recursos materiais não sendo esse o maior contributo.

Esse tipo de apoio existiu, é uma verdade confirmada também pelo Protocolo entre a PSAT e a GNR (por exemplo), mas numa análise às entrevistas como um todo, o principal contributo apontado é a informação com valor para a GNR, ou seja, rapidamente disponibilizada, correta e precisa. Só com recurso a essa informação foi possível criar

medidas eficazes, direcioná-las, redirecioná-las se necessário e obter o feedback para alimentar de novo o ciclo.

**H11 – O contributo dos parceiros locais permitiu obter resultados dificilmente atingíveis sem a sua colaboração.** H confirmada. Os parceiros, como já foi justificado, tiveram um importante contributo, principalmente a nível de informações, que são essenciais para a decisão dos Comandantes. E isso aliado aos recursos materiais foi fundamental para os resultados alcançados.

**H12 – O apoio de parceiros locais dinamizou a implementação dos programas especiais adotados pelo Comando Territorial de Santarém.** Confirmada. Os parceiros locais foram uma importante peça no desenvolvimento e dinamização das medidas tomadas em Santarém e as respostas das perguntas 4 e 5 confirmam isso. O e.11 deu um exemplo bastante ilustrativo disso. Apercebendo-se da fraca adesão às ações de sensibilização em sala, as Associações propuseram a realização de ações noutras datas, com outros horários e até “porta a porta”, tendo-se conseguido chegar a mais agricultores.

**H13 – As medidas implementadas no distrito de Santarém são passíveis de ser aplicadas com êxito noutros Comandos Territoriais.** H parcialmente confirmada. Pelas perguntas 9, 10 e 15 e pelos dados dispostos no capítulo 7 parece-nos que a maioria pode ser aplicada com êxito noutras áreas, e algumas já estão a ser, ex. Redes Alarmadas, georreferenciação de caixas de impedância. No entanto a aplicabilidade de outras, por serem muito específicas, requerem condições semelhantes: o Condicionamento de vias municipais não é adequado para uma zona urbana, pois perder-se-ia o objetivo.

**H14 – As medidas implementadas no distrito de Santarém baseiam-se principalmente em parceiros locais e são de difícil implementação noutros distritos.** H infirmada. Se por um lado o papel dos parceiros “locais” e da GNR é essencial ao sucesso das medidas, por outro, esses parceiros também poderiam ser encontrados em outros distritos: ou por terem colaboração local, mas são empresas nacionais (REFER, PT, EDP) ou pela iniciativa ter resultados e despertar interesse (Câmaras Municipais). Assim, noutros distritos encontrar-se-ão parceiros, permitindo aplicar essas medidas ou semelhantes.

**H15 – Em qualquer outro Comando Territorial as mesmas medidas obterão, tendencialmente, o mesmo resultado.** Consideramos esta H parcialmente confirmada. Atentando nas perguntas 11, 15, mas especialmente 10, e verificando os bons resultados apresentados no capítulo 7, de iniciativas como por exemplo o Condicionamento de vias municipais, podemos afirmar dois cenários: as mesmas medidas terão tendencialmente os mesmos resultados (ex. medidas tecnológicas) ou as medidas deverão apenas ser aplicadas após realização de estudos concluindo-se se são adequadas, tendo em conta aquele local.

## 6.2 – Resposta às questões da investigação e reflexões finais

Realizada a verificação das hipóteses, após análise do trabalho de campo, cabe a vez de responder às QD, tentando desse modo atingir os objetivos específicos desta investigação.

Quanto à primeira QD, “Quais as medidas adotadas pelo Estado para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos?”, respondemos com as H1 e H2, ambas confirmadas, podendo apontar medidas tomadas em três grandes áreas:

- Através de legislação direcionada à problemática: Lei 54/2012, de 6 de setembro e Lei 19/2013, de 21 de fevereiro;
- Por meio da criação de Programas de âmbito regional, “Ribatejo Seguro”, e nacional, “Campo Seguro”.
- Pela cooperação nestas matérias, realizada a nível europeu (EUROPOL, RAILPOL e POL-PRIMETT2) e bilateral, nomeadamente com Espanha.

Relativamente à segunda, “Quais as medidas implementadas pela Guarda Nacional Republicana para fazer face ao crime de furto de metais não preciosos?”, a resposta advém das H3 e H4, ressalvando que a parte infirmada da H4 deve-se ao facto do Programa “Campo Seguro”, podendo ou não ter sido da iniciativa da GNR, é realizado sob a égide do MAI, pelo que a sua criação e implementação, não deve ser imputada à GNR. Quanto às outras estão disponíveis no subcapítulo 7.2.4 e na resposta à pergunta 15º das entrevistas, devendo-se destacar a estruturação de uma estratégia com base nos três pilares - prevenção, intervenção e investigação criminal – e com o contributo das informações.

A terceira, “Quais as iniciativas e programas especiais implementadas no Comando Territorial de Santarém?” é respondida pelas H5 e parcialmente pela H6. Podem ser identificadas medidas aplicadas a todo o distrito, nomeadamente as reuniões entre as várias

entidades/parceiros, a “Rede Alarmada” da PT ou as operações e patrulhamento direcionado, e medidas locais. Destas últimas importa destacar principalmente duas: o condicionamento das vias municipais e a georreferenciação de caixas de impedância.

Na quarta, “Qual a influência das iniciativas e programas especiais, do Comando Territorial de Santarém, na evolução do fenómeno naquele distrito?” a resposta advém das H7 e H8, confirmando-se a tendência de diminuição do fenómeno.

A nível local, com a adoção de medidas específicas, os resultados melhoram substancialmente, havendo medidas com uma redução superior a 90% (georreferenciação de caixas de impedância) e outras sensivelmente entre os 75% a 85% (condicionamento de vias).

Podemos ainda concluir que essas medidas, no seu todo, permitiram aumentar a quantidade de material recuperado no CTer de Santarém.

Quanto à quinta, “As iniciativas do Comando Territorial de Santarém contaram com o envolvimento dos parceiros locais?”, a resposta é afirmativa (H9), devendo ser referido que esse envolvimento consubstanciou-se principalmente nas informações sendo complementado pela entrega de alguns recursos materiais (H10).

À sexta QD, “O envolvimento dos parceiros locais na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos constitui uma mais-valia significativa?”, respondemos afirmativamente com a confirmação das H11 e H12 pelo contributo dos parceiros locais, que em alguns casos foi essencial para a criação e implementação de iniciativas da GNR.

Finalmente quanto à sétima e última QD, “As medidas implementadas no Comando Territorial de Santarém são suscetíveis de ser implementadas com êxito noutros Comandos Territoriais?” a resposta é dada pelas H13 e H15 (parcialmente confirmadas) e pela infirmação da H14. Ou seja, existem medidas facilmente implementáveis noutros Comandos, por serem tecnológicas – CAP GNR associado a georreferenciação de equipamentos (e outras que já estão a ser, nomeadamente as Redes Alarmadas e a georreferenciação das caixas de impedância), e outras medidas cujo sucesso depende do estudo prévio das condições desse local e da adequação da medida em função desse estudo. Voltamos a citar o exemplo do Condicionamento de estradas que não terá certamente os mesmos resultados se aplicado numa zona de populações.

Respondidas as QD encontramos-nos agora em condições de responder à QC que recordamos ser: “Qual é a influência dos programas/medidas especiais implementadas pelo Comando Territorial de Santarém na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos naquele distrito?”.

O furto de metais não preciosos constitui-se como uma ameaça transnacional com implicações muito sérias na economia e segurança das populações. Para o contrariar é necessária a união de esforços das várias entidades envolvidas neste tipo de criminalidade, começando por uma cooperação internacional, que no caso de Portugal se define como europeia e de acordos bilaterais.

No plano interno essa cooperação deve-se aprofundar, envolvendo as FFSS, as empresas afetadas, as associações dos setores atingidos e as empresas de gestão de resíduos, sendo imperativo que estabeleçam ao seu nível formas de prevenção e mitigação dos efeitos deste tipo criminal.

Pela sua missão e enquadramento neste fenómeno, a Guarda Nacional Republicana desempenha um papel fundamental não só de controlo (com a sua vertente de intervenção e repressão) e apoio às autoridades judiciais, com a sua investigação criminal, mas também de prevenção e sensibilização de todos os intervenientes. Tudo isto enquadrado com um fluxo corrente de informações válidas e com “valor policial” que define a estratégia da Guarda Nacional Republicana face ao fenómeno.

Neste âmbito, o Comando Territorial de Santarém, em virtude da necessidade de uma resposta específica aos elevados índices deste tipo de criminalidade, tem apresentado medidas inovadoras e concretas cujos resultados puderam ser confirmados nesta investigação. Como tal podemos afirmar que os programas e medidas implementadas pelo CTer de Santarém na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos têm levado à diminuição dos índices deste tipo criminal.

### **6.3 – Recomendações e Limitações**

A realização desta investigação, culminada com o presente relatório, pressupôs desde logo um aliciante, mas difícil, desafio.

Quanto à investigação devemos relevar as dificuldades no balizamento da mesma, pois sendo um tema em destaque, mas pouco trabalhado academicamente, levou-nos à ânsia de querer incluir tudo, o que não é viável. Depois, o desafio de adotar uma definição para “metais não preciosos” e fundamentalmente para “furto de metais não preciosos”. E por fim o obstáculo de comparar dados por si só já escassos, e que sofreram uma alteração na forma de contabilização que poderia enviesar a sua análise.

Antes de terminar, gostaríamos de deixar como recomendação para futuro, que fosse feito outro estudo sobre a mesma temática, mas desta feita incluindo o lado dos operadores de resíduos, peças-chave da temática e que não abarcámos nesta investigação.

## Bibliografia

### Documentos reservados

- Guarda Nacional Republicana. (2011). *Relatório de Informações Nº 1097/11/DI/CO*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2012). *Diretiva Operacional Nº 02/2012*. Comando Territorial de Santarém – Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas. Santarém.
- Guarda Nacional Republicana. (2012). *Diretiva Operacional Nº 03/2012: Furto de bobines em caixas de impedância da REFER*. Comando Territorial de Santarém – Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas. Santarém.
- Guarda Nacional Republicana. (2012). *Relatório de Informações Nº 537/12/DI/CO*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2012). *Relatório de Informações Nº 2390/12/DI/CO: Repositório de Metais não Preciosos (Tipo de objetos/materiais)*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2013). *Procedimento Nº 17: Furto de Metais não preciosos*. Comando Operacional – Centro de Comando e Controlo Operacional. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2013). *Relatório de Informação 2/2013: Furto de Metais não Preciosos*. Comando Territorial de Santarém – Secção de Investigação Criminal. Santarém.
- Guarda Nacional Republicana. (2013). *Relatório de Informações Nº 286/13/DI/CO*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2013). *Relatório de Informações Nº 1253/13/DI/CO: Materiais da Rede de Distribuição de Gás (Tipo de objetos)*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2014). *Diretiva Operacional 19/14: Operação “Campo Seguro 2014”*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2014). *Os furtos de metais e o CAP GNR – Common Alerting Protocol*. Comando Operacional – Direção de Comunicações e Sistemas de Informação. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2014). *Relatório Anual de Informações de 2013*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.

- Guarda Nacional Republicana. (2014). *Relatório de Análise de Informação Criminal: Furto de Metais não Preciosos – ZA do DTer Santarém e T.Novas*. Comando Territorial de Santarém – Secção de Investigação Criminal. Santarém.
- Guarda Nacional Republicana. (2014). *Relatório de Informações Nº 529/14/DI/CO*. Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (2014). Relatório de Informações sobre: *Combate ao furto de metais não preciosos nos municípios da Golegã e Almeirim*. Comando Territorial de Santarém – Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas. Santarém.

### **Livros e Artigos:**

- Academia Militar. (2013). *Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros trabalhos de investigação*. (NEP n.º 520/2ª/DE de 1 de junho). Lisboa: Academia Militar.
- Alves, A.C. (2013). *Emergência de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Bennett, L. (2008). *Assets under attack - metal theft, the built environment and the dark side of the global recycling market*. *Environmental law and management*, 20, 176-183.
- Caupers, J. (1996). *Direito Administrativo – Guia de Estudo* (2ªed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Caupers, J. (2000). *Introdução Ao Direito Administrativo* (5ª ed.). Lisboa: Âncora Editora.
- Clarke, R.V. (1999). *Hot Products: understanding, anticipating and reducing demand for stolen goods*. Londres: Policing and Reducing Crime Unit – Home Office.
- Fortin, MF. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: LUSOCIÊNCIA – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito – Teoria e Prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Governo de Portugal. (2009). Programa do XVIII Governo Constitucional. Lisboa.
- Graça, P.M.D. (2012). *Da Guerra à Paz, o contributo dos Corpos Militares com Funções de Polícia – A GNR no Iraque*. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Home Office (2012). *Impact Assessment: Tackling Metal Theft – prohibit cash payments and higher fines (HO 0058)*. Londres.
- Kooi, B.R. (2010). *Problem-Specific Guides Series Nº 58: Theft of Scrap Metal*. EUA: U.S. Department of Justice Office.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Lda.

- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático Sobre a Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (3ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sidebottom, A. (2012). *Metal Theft*. JDiBrief Series. London: UCL Jill Dando Institute of Security and Crime Science.
- Sistema de Segurança Interna (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2011*. Lisboa.
- Sistema de Segurança Interna (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2012*. Lisboa.
- Sistema de Segurança Interna (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2013*. Lisboa.
- Sutton, M. (2010). *Problem-Specific Guides Series N° 57: Stolen Goods Market*. EUA: U.S. Department of Justice Office.

## Legislação

- Lei Constitucional n° 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República*, Série I-A, n° 155.
- Decreto-Lei 48/1995, de 15 de março. *Diário da República*, 1ª Série, n° 63.
- Lei n° 54/2012, de 6 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série, n° 171.
- Lei n° 17/2006, de 23 de maio. *Diário da República*, Série I-A, n° 99.
- Lei n° 49/2008, de 27 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n° 165.
- Lei n° 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n° 167.
- Lei n° 38/2009, de 20 de julho. *Diário da República*, 1ª Série, n° 138.
- Lei n° 60/1998, de 27 de agosto. *Diário da República*, Série I-A, n° 197.
- Lei n° 19/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, 1ª Série, n° 37.

## Notícias e Artigos online

- Agência de Proteção Ambiental, EUA (2014) Retirado em 30-06-2014, <http://www.epa.gov/epawaste/conserva/materials/steel.htm>.
- Associação Sindical dos Juizes Portugueses. (2014). GNR prende gangue do cobre como terroristas no Iraque. Retirado em 01-07-2014, <http://www.asjp.pt/2013/06/01/gnr-prende-gangue-do-cobre-como-terroristas-no-iraque/>.
- BBC News (2013). Chile: Strike closes world's top copper mine. Retirado em 25-06-2014, <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-23706440#>.

- Copper Development Association. (2014). Copper in the USA: Bright Future Glorious Past. Retirado em 25-06-2014, [http://www.copper.org/education/history/us-history/g\\_fact\\_producers.html](http://www.copper.org/education/history/us-history/g_fact_producers.html).
- DaniMetais (2014). Retirado em 30-06-2014, <http://www.danimetais.com.br/reciclar+cobre.asp>.
- Europol (2014). Europol hosts the 2<sup>nd</sup> EU Metal Theft Conference. Retirado em 21-07-2014, [https://www.europol.europa.eu/latest\\_news/europol-hosts-2nd-eu-metal-theft-conference](https://www.europol.europa.eu/latest_news/europol-hosts-2nd-eu-metal-theft-conference).
- Evans-Pritchard, A. (2006). Scrap thieves in France ransack TGV rail lines for copper. *The Telegraph*. Retirado em 22-06-2014, <http://www.telegraph.co.uk/finance/2938668/Scrap-thieves-in-France-ransack-TGV-rail-lines-for-copper.html>.
- Guarda Nacional Republicana. (2014). Operação “7th 24Blue Rail Action Day”. Retirado em 20-07-2014, [http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r\\_vz24r05n/016vpvn5/016vpvn5\\_qr5p4vpn1&fonte=noticias&id=1415&Mes=3](http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r_vz24r05n/016vpvn5/016vpvn5_qr5p4vpn1&fonte=noticias&id=1415&Mes=3).
- Infomine (2014) Retirado em 10-07-2014, <http://www.infomine.com/investment/metal-prices/>.
- iScrapApp. (2014). Metal List with Glossary of Common Scrap Metals. Retirado em 18-06-2014, <http://iscrapapp.com/metals/>.
- Lusa (2013). Furto de cobre em barragem perto de Alandroal pode pôr em causa campanha de rega. *Expresso*. Retirado em 22-06-2014, <http://expresso.sapo.pt/furto-de-cobre-em-barragem-perto-de-alandroal-pode-por-em-causa-campanha-de-rega=f791221#ixzz33IztzwrV>.
- S.A. (s.d.). Cotações e Gráficos Metais Preciosos e Forex. Retirado em 18-06-2014, [http://www.finbest.net/forex\\_metals/quotazioni.php](http://www.finbest.net/forex_metals/quotazioni.php).
- Rádio Campanário. (2014). GNR identifica 4 indivíduos por furto de metais não preciosos no Redondo. *Rádio Campanário*, retirado em 30-06-2014, <http://www.radiocampanario.com/r/index.php/regional/3042-gnr-identifica-4-individuos-por-furto-de-metais-nao-preciosos-no-redondo>.
- Railpol (2014). Copper E-book. Retirado em 21-07-2014, <http://media.railpol.eu/home-page.html>.
- Ramos, R. (2014). Furto de cobre: o mercado do ouro vermelho que movimenta milhões. *Jornal i*. Retirado em 22-06-2014, <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/investigacao-i-furto-cobre-mercado-ouro-vermelho-movimenta-milhoes/pag/-1>.
- Reuters (2010). Terremoto no Chile faz preço do cobre subir e beneficia bolsas da Ásia. *Globo i*. Retirado em 25-06-2014, [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios-/0,,MUL1509988-9356,00-TERREMOTO+NO+CHILE+FAZ+PRECO+DO+COBRE-SUBIR+E+BENEFICIA+BOLSAS+DA+ASIA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios-/0,,MUL1509988-9356,00-TERREMOTO+NO+CHILE+FAZ+PRECO+DO+COBRE-SUBIR+E+BENEFICIA+BOLSAS+DA+ASIA.html).
- TVI24 (2013). Porto: homem morre eletrocutado ao tentar roubar cobre. *TVI24*. Retirado em 22-06-2014, <http://www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/porto-eletrocutado-cobre-edp-tvi24/1454711-4071.html>.

Vídeo POL-PRIMETT. Retirado em 15-06-2014, <http://www.agenformedia.com/metal-theft-in-europe.html>.

## Outras

Franco, H. & Moleiro, R. (2013, 23 de novembro). 35 roubos de cobre todos os dias. *Expresso*, pág. 19.

Governo Civil do Distrito de Santarém. (2010). *Protocolo que pretende dar corpo ao Projeto “Segurança no Meio Rural” no âmbito do Programa mais abrangente denominado “Ribatejo Seguro”*. Golegã, Santarém.

PSAT – Associação para a Promoção da Segurança de Activos Técnicos (2013). *Protocolo de Cooperação, Prevenção, Defesa, Protecção e Segurança Activos Técnicos dos Associados da PSAT e a GNR*. Lisboa.

Procuradoria-Geral da República. (2012). Circular 3/2012. *Furto de cobre e de outros metais não preciosos (bronze e latão)*. Gabinete do Procurador-Geral da República. Lisboa.

Município da Golegã. (2013). Edital 3/2013. *Horário condicionado em estradas e caminhos municipais*. Câmara Municipal da Golegã. Golegã.

Guarda Nacional Republicana. (2014). *Furtos de Metais* (Apresentação em PowerPoint). Comando Operacional – Direção de Operações. Lisboa.

## Apêndices

## **Apêndice A – Guião de Entrevistas**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **O papel da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos: caso do Comando Territorial de Santarém**

**Autor: Aspirante Inf<sup>ª</sup> GNR Diogo Miguel Passos Gonçalves**

**Orientador: Major Inf<sup>ª</sup> GNR Pedro Miguel Duarte da Graça**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho 2014**

<b>Guião de Entrevista</b>	
<b>Tema</b>	O papel da GNR na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos: caso do Comando Territorial de Santarém
<b>Objetivo geral</b>	Identificar as medidas adotadas pelas entidades portuguesas intervenientes no fenómeno, e a sua influência no mesmo, no CTer de Santarém.
<b>Objetivos específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar mecanismos de cooperação europeia na matéria</li> <li>• Identificar as medidas adotadas pela GNR</li> <li>• Identificar as medidas adotadas pelo CTer Santarém</li> <li>• Compreender o envolvimento de parceiros locais</li> <li>• Verificar o impacte das medidas neste tipo de criminalidade</li> </ul>
<b>Nome</b>	
<b>Função atual</b>	
<b>Qualidade em que é entrevistado</b>	
<b>Data</b>	
<b>Local</b>	

## **Introdução**

A formação dos Oficiais da Guarda Nacional Republicana ocorre na Academia Militar durante 5 anos. No último ano, designado de Tirocínio Para Oficiais (TPO), e com vista à atribuição do grau de *Mestre em Ciências Militares*, na especialidade *Segurança*, surge o Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Esta entrevista enquadra-se nesse Relatório e com ela pretendemos recolher informações sobre o furto de metais não preciosos.

Segundo Bingham e Moore *apud* Ghiglione e Matalon (2001) “a entrevista é uma conversa com um objetivo”, pelo que mais que um aspeto formal, pretendemos que esta “conversa” seja rica e que não haja receio de dar um contributo pessoal.

Para tal apresentaremos uma entrevista semidiretiva (Ghiglione e Matalon, 2001), com perguntas abertas, o que permite flexibilidade na condução das entrevistas, contudo sem fugir aos objetivos da mesma.

## Início

Para melhor proceder à posterior análise de conteúdo da entrevista, salvaguardando assim a veracidade e acuidade da mesma, proceder-se-á à gravação de áudio, com recurso a gravador de telemóvel, marca Nokia X2-00, caso o entrevistado assim o consinta:

Tomei conhecimento do tema, enquadramento e objetivos da presente entrevista e autorizo a gravação de áudio durante a mesma, assim como a utilização do seu conteúdo no Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema

*“O papel da GNR na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos: caso do Comando Territorial de Santarém”.*

O(A) Entrevistado(a),

O Investigador,

1. Que programas estão/estiveram implementados na ZA do CTer/DTer/Distrito de Santarém?
2. Quem são/foram os intervenientes nesses programas?
3. Que outras iniciativas foram tomadas pelo CTer/DTer/Distrito de Santarém?
4. Como é feita a colaboração com as associações com interesse/autoridades nesta matéria (*stakeholders*)?
5. Na sua opinião, qual é a mais-valia resultante da cooperação entre forças de segurança, neste caso a GNR, e as empresas/empresários ou as associações que os representam?
6. O CTer de Santarém apresenta algumas particularidades que possam contribuir para o elevado nº de ocorrências? Se sim, quais?
7. Após a implementação das várias iniciativas e programas como tem variado o fenómeno na sua ZA?
8. Quais foram os resultados imediatos/curto prazo dessas medidas e programas?
9. O CTer de Santarém apresenta algumas particularidades que tenham impacte direto no sucesso/insucesso das medidas tomadas para fazer face a este fenómeno? Se sim, quais?
10. As medidas/iniciativas aplicadas no distrito de Santarém podem ser aplicadas, com os mesmos resultados, a outros distritos?

11. Na sua opinião, o caso do CTer Santarém é um sucesso ou insucesso?
12. Quais são os organismos/organizações/fóruns europeus em que Portugal participa?
13. De que forma tem havido cooperação europeia no âmbito do furto de MNP?
14. A nível nacional, que resposta política houve quanto ao furto de MNP?
15. A nível nacional quais foram as preocupações da GNR quanto ao furto de MNP?
16. Na prossecução da missão da GNR, que forma de atuação foi privilegiada: a prevenção ou a repressão?
17. Quais os fatores que influenciam uma e outra?
18. Privilegiou-se a detenção imediata dos infratores (aumento do sentimento de segurança nas populações vs. menor eficácia da investigação) ou a investigação criminal (menor sentimento de segurança imediato vs. maior consolidação da investigação)?

Damos por terminada a entrevista. Resta agradecer a disponibilidade demonstrada e o contributo para esta investigação.

**Muito Obrigado!**

## Apêndice B – Entrevistados

Quadro 4 – Entrevistados.

Nome	Função atual	Qualidade em que é entrevistado	Data e Local	Perguntas
Doutora Sónia Sanfona – e.1	Diretora Executiva da PSAT	Diretora Executiva da PSAT e Governadora Civil de Santarém	09-07-2014, Sede da PSAT, Lisboa	Da nº1 à nº11
Doutor Pedro Ribeiro – e.2	Presidente da Câmara Municipal de Almeirim	Presidente da Câmara Municipal de Almeirim	17-07-2014, CM de Almeirim, Almeirim	Da nº1 à nº11
Sr. Júlio da Silva – e.3	Sócio-Gerente Empresa: SilvaTejo Sociedade Agrícola Lda.	Sócio-Gerente Empresa: SilvaTejo Sociedade Agrícola Lda.	22-07-2014, DTer Santarém, Almeirim	Da nº1 à nº11
Major General Rui Moura – e.4	Comandante do CDF	Adjunto do Comandante Operacional	14-07-2014, Carmo, Lisboa	nº6 e 7 Da nº9 à nº17
Coronel Nuno Paulino – e.5	Comandante do CTer de Santarém	Comandante do CTer de Santarém e 2º Comandante	08-07-2014, CTer de Santarém	Da nº1 à nº11 e nº 18
Major Paulo Poiães – e.6	Chefe da Repartição de Programas Especiais, do CO	Chefe da Repartição de Programas Especiais, do CO	21-07-2014, Carmo, Lisboa	nº6 e 7 Da nº9 à nº17
Capitão Miguel Póvoa – e.7	Comandante DTer Santarém	Comandante DTer Santarém	22-07-2014, DTer Santarém, Almeirim	Da nº1 à nº11 e nº 18
Capitão Nelson Santana – e.8	Comandante do Destacamento Territorial de Torres Novas	Comandante DTer de Torres Novas e de Comandante DTer Tomar	25-06-2014, DTer de Torres Novas	Da nº1 à nº11 e nº 18
Capitão Pedro Reis – e.9	Chefe do SEPNA; Chefe da SIC; Responsável pela Sala de Situação e Oficial RP	Comandante do DTer de Torres Novas	08-07-2014, CTer de Santarém	Da nº1 à nº11 e nº 18
Capitão Sandro Oliveira – e.10	Comandante DT de Coimbra	Comandante DTer Coruche	14-07-2014, DT de Coimbra	Da nº1 à nº11 e nº 18
1º Sargento Marco Figueiredo – e.11	Adjunto do Chefe da SOITRP	Comandante do PTer de Marinhas	08-07-2014, CTer de Santarém	nº 4; da nº6 à nº9 e nº11
Subintendente Rui Fonte – e.12	Responsável pelo Departamento de Segurança de Pessoas e Bens da REFER	Departamento de Segurança de Pessoas e Bens da REFER	07-07-2014, REFER, Lisboa	nº 4; da nº6 à nº9 e nº11

## Apêndice C – Quadros de análise das entrevistas

Quadro 5 - Resposta à pergunta 1.

Perguntas Nº1: Que programas estão/estiveram implementados na ZA do CTer/DTer/Distrito de Santarém?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“o programa que nós tivemos implementado no CTer de Santarém para todo o distrito, com a adesão inicial dos agricultores e da EDP, foi o “Ribatejo Seguro” “nós evoluímos do “Ribatejo Seguro” para o “Campo Seguro”
e.2	“o que temos neste momento é um programa copiado, entre aspas, da Golegã, aplicado a uma parte do nosso território (...) e é aí que vigora essa proibição e essa proibição vigora entre as sete da tarde e as sete da manhã do dia seguinte, exceto a veículos devidamente autorizados”
e.3	“Temos o “Campo Seguro” (...)
e.5	“Tivemos, portanto o “Ribatejo Seguro” – um protocolo que tinha diversas entidades, que tinha os agricultores...mas atualmente está um pouco abandonado... e temos atualmente o “Campo Seguro” (...)
e.7	“o programa aqui de Almeirim, em que são restringidos os campos durante a noite, das sete da noite até às sete da manhã, através de sinalização rodoviária normal, (...) para que durante a noite não haja pessoas, e então só estão autorizadas a circular em certas estradas essas pessoas que têm o dístico. Quem não está autorizado, é fiscalizado e autuado de acordo com o Código da Estrada.” “estamos também no programa “Campo Seguro” “temos essa valência da PT, mas isso é transversal ao distrito todo”
e.8	“Programa Campo Seguro e Protocolo entre a PSAT e a GNR” “condicionamento de trânsito junto aos campos agrícolas do concelho da Golegã”
e.9	“numa primeira fase um programa a nível de distrito, que foi o programa “Ribatejo Seguro” e depois em virtude dos bons resultados alcançados por esse programa, por ser uma ideia interessante, projetou-se esse protocolo a nível nacional, com outras entidades, tendo sido criado o “Campo Seguro”.
e.10	“Campo Seguro”

Quadro 6 - Resposta à pergunta 2.

Pergunta Nº2: Quem são/foram os intervenientes nesses programas?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“Os parceiros foram: os agricultores, a EDP, a GNR e o Governo Civil” “o “Campo Seguro”, com o envolvimento dos mesmos parceiros: deixámos de ter Governo Civil (...) e passámos a ter o MAI, para permitir uma maior proximidade das forças de segurança e as empresas decidiram ao invés de agirem isoladamente na tentativa de resolução do seu problema, juntaram esforços e criaram a Associação de Promoção da Segurança de Ativos Técnicos, que é a PSAT”

e.2	<p>“a Câmara que coloca a sinalização e acaba por dar os dísticos de autorização”</p> <p>“uma parceria com a GNR que nos acompanhou nesta matéria, indicando até um conjunto de áreas que achavam que eram importantes tendo em vista aquilo que tinham dos relatórios das ocorrências do furto de metais, e também as associações de agricultores que também têm interesse através dos seus associados”</p>
e.3	<p>“conhecimento com algumas instituições, que é o caso portanto da EDP”</p> <p>“programas que tenham a instituição GNR”</p>
e.5	<p>“Ao nível do “Ribatejo Seguro” tens aí... no protocolo, são: o Governo Civil, a GNR, através do CTer de Santarém, a EDP Distribuição e essas Associações de Agricultores (Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação; Associação de Agricultores do Concelho de Coruche e Vale do Sorraia; Associação de Agricultores do Ribatejo e Agrotejo – União Agrícola do Norte do Vale do Tejo.</p> <p>“o alargamento para o “Campo Seguro” trouxe a EDP Distribuição, EDP Renováveis, REFER, PT e a EPAL por um lado e as FSS pelo outro, no nosso caso a GNR</p>
e.7	<p>“para além de nós, da GNR, (...) as Câmaras Municipais (...) os próprios proprietários dos campos através da apresentação de queixas...”</p> <p>“falamos com as associações e eles tentam agrupar uma série de agricultores e nós fazemos ações de sensibilização em sala e às vezes mesmo no terreno”</p>
e.8	<p>“GNR e Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos – PSAT”</p>
e.9	<p>“o programa “Ribatejo Seguro” foi um protocolo assumido entre diversas entidades... Eu posso enumera-las, na altura o Governo Civil, que ainda existia, agora já foi extinto; o CTer de Santarém; a Associação de Agricultores de vários concelhos; a Agrotejo, que é a União Agrícola do Vale do Tejo e a EDP”</p> <p>“surgem outras entidades, que acharam a ideia interessante, o próprio Ministério da Administração Interna entrou também no protocolo, a REFER, a Portugal Telecom, a REN, a EPAL, mantiveram-se algumas associações de agricultores, a GNR e a EDP”</p>
e.10	<p>“Pequenos e grandes agricultores, associações/cooperativas de produtores, EDP, PT, REFFER e a Guarda Nacional Republicana”</p>

**Quadro 7 - Resposta à pergunta 3.**

Pergunta N°3: Que outras iniciativas foram tomadas pelo CTer/DTer/Distrito de Santarém?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	<p>“conferência promovida pelo Governo de Santarém, no âmbito do plano de “Segurança no Meio Rural (...) convidámos as forças de segurança (...) das Finanças, (...) os agricultores (...) também representantes do tribunal, quer do MP quer da Magistratura Judicial</p>

	<p>“através das direções regionais de agricultura, diretamente pelos militares da GNR ou através do próprio Governo Civil foram fazendo ações de informação, de formação e de prevenção com estes parceiros”</p> <p>“Há um protocolo internacional que é o CAP – Common Alert Protocol, a GNR adaptou esse protocolo e fez um “CAP light”</p>
e.2	“um conjunto de produtores ou de associações de produtores que sugeriu que fosse alargado o âmbito desta proibição”
e.3	<p>“foram distribuídos uns panfletos. Aliás a GNR nos dois últimos anos uma ação de sensibilização em relação aos materiais não preciosos”</p> <p>“têm uma sala de situação pelo que eu ouço falar e depois isso estava tudo conjugado, com sistemas que há agora inovadores, com GPS”</p>
e.5	<p>“destacar a importância do condicionamento de vias municipais, em vários concelhos do distrito.”</p> <p>“todo o trabalho desenvolvido pela situação das redes alarmadas da PT, e também de equipamentos de agricultores”</p> <p>“patrulhamento orientado, decorrente também da análise das estatísticas”</p>
e.7	<p>“fazer um patrulhamento só dirigido a esta matéria, à prevenção do furto de metal não precioso”</p> <p>“fiscalização rodoviária e a interseção de pessoas que andam em locais não apropriados”</p>
e.8	“Aumento de ações de prevenção criminal e investigação criminal”
e.9	<p>“a PT adotou a Rede Alarmada em grande parte da extensão de cabo”</p> <p>“o intensificar da atenção policial no fenómeno portanto a nível local intensificarem os patrulhamentos na zona dos campos”</p> <p>“foi proposto ao Presidente da Câmara da Golegã que interditasse em períodos específicos algumas vias secundárias, necessárias para a transição de veículos afetos à atividade agrícola”</p> <p>“operações vocacionadas para a fiscalização de operadores de resíduos e de fiscalização rodoviária nos principais acessos a esses operadores ”</p>
e.10	“Cooperação com a REFER, nomeadamente na georreferenciação das caixas de impedância...”

Quadro 8 - Resposta à pergunta 4.

Pergunta Nº4: Como é feita a colaboração com as associações com interesse/autoridades nesta matéria ( <i>stakeholders</i> )?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	<p>“o SIGES: Sistema de Informação Geográfica de Emergência de Santarém (...) aproveitámos esse sistema, (...) colocámos uma outra camada onde georreferenciámos estes equipamentos de alarme”</p> <p>“apostando nas informações, foi melhorando o sistema de informação geográfica (...).também na formação de elementos da GNR para trabalhar com esse programa”</p> <p>“o Governo Civil digamos que recheou, preencheu a sala de situação, (...) houvesse internet, houvesse capacidade para vários computadores”</p> <p>“cedem informação à GNR para além da componente financeira”</p>
e.2	<p>“a GNR acompanha”</p> <p>“As organizações de produtores e as adegas cooperativas, etc., têm</p>

	capacidade de autenticar elas próprias os dísticos”
e.3	“sei que há um carro...que há um carro, uma carrinha que estava distribuída para o “Campo Seguro”
e.5	“colaboração da Câmara com a GNR, para implementação do condicionamento de vias, primeiro, por todo o processo de aprovação da medida e a nível da sinalização” “reuniões periódicas com por exemplo a PT” “o patrocínio da sala de situação (...) equipamentos, computadores” “as viaturas. Recebemos quatro viaturas...” “operações de fiscalização de operadores de resíduos, em cooperação com a Autoridade Tributária”
e.7	“temos uma viatura adstrita a este programa” “eu por norma até os chamo aqui, reunimos, falamos e basicamente é feita essa troca de ideias”
e.8	“troca de informação”
e.9	“reforçado com meios auto, que foram cedidos também pela junção de esforços destas entidades, estamos a falar de duas viaturas todo-o-terreno e GPS (...) a PT e a REFER a certas alturas, até ministraram alguma informação à forças de segurança”
e.10	“através de sessões de esclarecimento sobre os programas existentes” “transmissão de conselhos” “manutenção de um canal direto e privilegiado entre as empresas vítimas e a GNR”
e.11	“eu no posto trabalhava com a equipa de segurança que estava sediada em Lisboa, da REFER, e a pessoa responsável dessa área já se deslocava com frequência ao posto e lá falávamos sobre vários aspetos e cruzávamos informação”
e.12	“Criámos também, (criámos e fomos cofundadores) a PSAT” “criar sinergias de forma a dar uma resposta conjunta e uma resposta coordenada” “contribuir decisivamente para a criação da Sala de Situação” “ através também de outros equipamentos, atualmente temos um aparelho GPS emprestado ao CTer de Santarém” “foram facultadas viaturas todo-o-terreno ao Comando Territorial de Santarém”

Quadro 9 - Resposta à pergunta 5.

Pergunta N°5: Na sua opinião, qual é a mais-valia resultante da cooperação entre forças de segurança, neste caso a GNR, e as empresas/empresários ou as associações que os representam?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“Da parte da GNR também houve sempre essa disponibilidade e essa vontade... Sem a GNR neste projeto, este projeto não existia” “a EDP trouxe dimensão ao projeto”
e.2	“uma presença por um lado repressiva quando tinha que ser, mas por outro lado pedagógica”
e.3	“incentivar os agricultores a estarem por dentro do tema, a comunicarem conforme se vão apercebendo de pessoas estranhas”

e.5	“troca de informações” “receber mais alguns meios que possam ser utilizados”
e.7	“é a cooperação de quem anda no terreno”
e.8	“o aumento de meios no combate a este crime”
e.9	“recolher dentro daquilo que é o seu grupo, uma série de informações que depois são filtradas”
e.10	“transmitida a ideia de que a GNR quer estar próxima e de maneira preventiva” “tranquilização do público-alvo”

Quadro 10 - Resposta à pergunta 6.

Pergunta Nº6: O CTer de Santarém apresenta algumas particularidades que possam contribuir para o elevado nº de ocorrências? Se sim, quais?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“é um distrito muito agrícola, com grandes explorações agrícolas” “são zonas por excelência de culturas de regadio” “Santarém é uma plataforma central de distribuição para o país” “zona que está muito bem equipada de infraestruturas rodoviárias” “distrito com muita infraestrutura: passam lá os comboios, e portanto tem várias linhas de comboio”
e.2	“altamente produtivos em agricultura, muitas das máquinas, dos pivôs, têm material que é interessante do ponto de vista de quem o quer furtar” “postos de transformação, etc. nas sua propriedades e portanto sendo este um território vasto”
e.3	“zona essencialmente agrícola” “Eles estão no meio do campo, geralmente não atacam sozinhos e depois hoje em dia os telemóveis...é fácil avisar, é fácil perceber em plena noite, (...) quando vem um carro (...)é muito difícil vasculhar um campo todo, não é de dia”
e.4	“material que estava mais ou menos espalhado e material que estava mais ou menos não controlado, não alarmado, não seguro, e disponível”
e.5	“zona de agricultura, com muitos equipamentos” “zonas planas e recônditas” “bons acessos e facilidade de escoamento do produto”
e.7	“temos zonas de campo muito extensas, em que existe um número muito grande de pivôs, a extensão de cabo, de fio elétrico que pode ser cortado, temos muitas motobombas elétricas, daquelas de tirar água, e durante a noite são zonas que não têm grande vigilância” “a norte...é uma zona que por ser parque natural não tem muita gente”
e.6	“a extensão de “campo” “equipamentos disponíveis e com poucas medidas de segurança”
e.8	“Área muito extensa”; “população dispersa”; “locais alvo de furto afastados das vias de comunicação”
e.9	“agricultura de regadio, com motores, com pivots, barracões agrícolas que lá dentro têm maquinaria agrícola, tratores, alfaias” “tem muitos centros de operadoras de resíduos”

	“uma pessoa que venham aqui praticar um ilícito, rapidamente é escoado uma vez que Santarém se encontra num local com bons acessos, nomeadamente a A23 e a A1”
e.10	“mancha agrícola muito grande sustentada em equipamentos possuidores de avultados metais não preciosos” “grandes extensões de cabo elétrico” “linhas férreas que passam em locais ermos”
e.11	“uma área muito agrícola” “não tem nada a ver com o dinheiro que eles fazem com o cobre, mas tem a ver com a perigosidade... que é um crime que não é violento”
e.12	“rede ferroviária no distrito de Santarém tem alguma extensão” “linha ferroviária de Vendas Novas, ter um número de circulações ferroviárias diminuto”

Quadro 11 - Resposta à pergunta 7.

Pergunta N°7: Após a implementação das várias iniciativas e programas como tem variado o fenómeno na sua ZA?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“no fim de cada ano, as coisas correram melhores que no ano anterior. Apreendeu-se mais material, conseguiu-se dismantelar mais redes, há diminuição do número de ocorrências, há diminuição do prejuízo que se tem verificado”
e.2	“eu não tenho os valores de cor, mas com uma redução de furtos na ordem dos 90%”
e.3	“de há um ano para cá, vai no segundo ano que há o trânsito condicionado, que reduziu drasticamente”
e.4	“Tem havido um caminho grande, considero nestes três anos, que vai fazer no fim do ano, do protocolo “Campo Seguro”” “detenções em flagrante delito devido ao sucesso deste método, o CAP” “uma diminuição também, não só, do próprio furto mas também a sensação de insegurança que havia”
e.5	“há um decréscimo no furto de metais não preciosos em geral” “a medida de condicionamento de vias teve resultados muito, muito bons”
e.6	“não consigo fundamentar, a informação tem sido vertida nos relatórios resultantes da análise do fenómeno”
e.7	“desde que se iniciou este programa, baixou, baixámos o furto de cobre”
e.8	“houve um grande impacto no fenómeno na Golegã”
e.9	“por exemplo da interdição de estradas, falando concretamente na Golegã, diminuimos em 80% o furto de metais nos campos agrícolas”
e.10	“Inicialmente denotou-se uma quebra nestes tipos de ilícitos”
e.11	“os números falam por eles, começou em 2012 e desde 2012 até agora tem reduzido bastante”
e.12	“de 2009 a 2012 teve um aumento bastante considerável, e depois desde final de setembro de 2012 teve uma redução significativa.”

Quadro 12 - Resposta à pergunta 8.

Pergunta Nº8: Quais foram os resultados imediatos/curto prazo dessas medidas e programas?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“As empresas melhoraram os próprios sistemas de alarmística”
e.2	“ a redução drástica do número de furtos”
e.3	“chegaram a apanhar material que tinha sido roubado, que as pessoas a nível de baterias e outro material”
e.5	“as estatísticas mostram que há menos ocorrências” “a georreferenciação das caixas de impedância permitiu apanhar três indivíduos, ainda na semana passada”
e.7	“diminuição rápido do furto de metal aqui na zona de Almeirim” “preventiva é mais nesse sentido...É dissuasor para quem lá ia”
e.8	“Houve uma diminuição acentuada do fenómeno criminal, nas zonas condicionadas”
e.9	“em vinte disparos de alarme que já nos foram transmitidos este ano, em onze deles conseguimos evitar o furto” “A taxa de detenção não é assim tão grande porque nós não conseguimos chegar no imediato ao local. Se nós demorarmos cinco ou dez minutos a chegar ao local o que para nós já é suficientemente rápido, para um indivíduo às três ou quatro da manhã, ver ou ouvir uma viatura a aproximar-se à distância, consegue rapidamente esconder-se e fugir”
e.10	“ligeira tranquilização das vítimas”
e.11	“Da nossa parte tem-se feito, tem-se feito. Ainda esta semana tivemos um flagrante, graças a um cabo alarmado”
e.12	“recuperação de material furtado, possibilitou a identificação de suspeitos”

Quadro 13 - Resposta à pergunta 9.

Pergunta Nº9: O CTer de Santarém apresenta algumas particularidades que tenham impacte direto no sucesso/insucesso das medidas tomadas para fazer face a este fenómeno? Se sim, quais?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“proximidade muito grande que tivemos com o Comando de Santarém e com a própria EDP, e com os agricultores obviamente” “foi sempre com boa vontade, com profissionalismo de quem estava a tratar dos assuntos, com interesse” “há ali uma dedicação muito grande àquilo que se está a fazer, e isso é importante para se obterem resultados” “em Santarém têm-se desenvolvido projetos que são pioneiros”
e.2	“quer a preocupação da GNR quer a preocupação das organizações de produtores e de agricultores tiveram aqui um papel fundamental”
e.3	“acho que era importante numa zona rural, essencialmente, esta zona funciona muito através da agricultura, acho que era uma mais-valia, mais veículos todo-o-terreno”
e.4	“começaram a ter consciência que isto era um fenómeno muito mais vasto”

e.5	“a vontade e disponibilidade mudar a situação, das partes envolvidas” “o Comando de Santarém segue ordens do Comando da Guarda”
e.6	“terá dado o primeiro passo a nível dos contatos e realização de parcerias com outras entidades, que permitiu criar um conjunto de ferramentas que permitiram uma melhor resposta operacional”
e.7	“tanto nós, cadeia de comando, como os militares que andam na rua, à patrulha, têm grande sensibilidade para este problema” “sabendo que é um crime que neste momento aqui na nossa ZA está mais acima no ranking”
e.8	Já referidas
e.9	“a Guarda Nacional Republicana está muitíssimo preocupada com o furto de metais não preciosos”
e.10	“povo que se organiza e junta para a resolução do problema” “grande dispersão de equipamentos/infraestruturas para tão pouco efetivo e meios”
e.11	“eles denunciavam, passo a expressão (eu costumava dizer) “por atado” e era complicado para nós, para mim, gerir o policiamento” “começou a existir um melhor relacionamento e colaboração a partir do momento em que eles adotaram o sistemas do GPS”
e.12	“estabelecimento e utilização de, eu chamar-lhe-ia um “canal técnico”, em vez de andarmos num canal hierárquico formal”

Quadro 14 - Resposta à pergunta 10.

Pergunta Nº10: As medidas/iniciativas aplicadas no distrito de Santarém podem ser aplicadas, com os mesmos resultados, a outros distritos?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	“Podem, podem e estão. É preciso olhar para as necessidades de cada distrito; perceber e elencar as prioridades”
e.2	“penso que sim. Se forem aplicadas em áreas semelhantes, porque não?”
e.3	“também querem montar o sistema que se implementou aqui em Almeirim e já há alguns anos na Golegã”
e.4	“Repare: há coisas que são exportáveis, há soluções que são alteráveis, há soluções que não são aplicáveis de modo absolutamente nenhum em Bragança ou no Minho, soluções que estão a ser adotadas em Santarém. Mas podem ser adotadas por exemplo noutros países da Europa” “essa solução é exportável em meia dúzia de concelhos garantidamente na área do Ribatejo, garantidamente noutras áreas do Alentejo, já terá pouca aplicação se formos para o Norte” “O modelo CAP mais tecnológico, que nós desenvolvemos aqui na Guarda é um modelo que é exportável, exige algum investimento tecnológico da parte das empresas”
e.5	“a georreferenciação é facilmente utilizável” “mais apropriadas para zonas não habitadas por exemplo o condicionamento de vias”
e.6	“Sem dúvida...Desde que haja a capacidade financeira e o envolvimento de outras entidades”

e.7	<p>“Isto aqui depende. Se estivermos a falar daquilo que é a interdição dos campos, isto na minha opinião só é válido para zonas que tenham extensões de campo”</p> <p>“eu vim do Comando de Faro, agora há pouco tempo, e lá também havia”</p> <p>“Agora outro tipo de medidas, tirando isso são as medidas que todos estão a adotar, em termos da PT, da REFER, que como são empresas nacionais eles adotam aquilo em todo o território”</p>
e.8	“Sim (...) releva-se que o condicionamento de trânsito só se aplica a casos idênticos”
e.9	“Só me posso restringir ao que se passa dentro do CTer de Santarém, que é onde estou a prestar serviço”
e.10	“Não conheço a realidade dos outros Distritos”

Quadro 15 - Resposta à pergunta 11.

Pergunta Nº11: Na sua opinião, o caso do CTer Santarém é um sucesso ou insucesso?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.1	<p>“Os resultados obviamente não são totalmente satisfatórios porque nós não conseguimos acabar com esta realidade”</p> <p>“Eu acho que é um sucesso, mas não é um sucesso fechado. Se nós hoje pararmos de fazer o que quer que seja, (...) rapidamente num insucesso.”</p>
e.2	“Está a ser um sucesso, os dados estão à vista, mais do que a perceção do que temos o que conta são os dados dos furtos”
e.3	<p>“Tem melhorado, tem melhorado... E o que se pretendia era melhorar”</p> <p>“mas criarem mais condições, arranjam mais meios de transporte, carros, adequados, com tração, e disponibilizarem os meios, mas tentarem também defender a Força e tentar dar mais autoridade porque é mais fácil”</p>
e.4	“a redução que tem havido ao nível das ocorrências, ao nível das queixas, do material apreendido, ao nível do material furtado, que tem acontecido... Isto na generalidade tem sido um sucesso”
e.5	<p>“não se pode falar em sucesso ou insucesso”</p> <p>“como Comandante quero e tenho que melhorar”</p> <p>“muito foi feito e muito mais pode ser feito”</p>
e.6	“é um caso de sucesso e que deve ser, dentro do possível, dinamizado dentro dos outros CTer”
e.7	<p>“tem sempre um sabor agridoce. Naquilo que é a eficácia dos dois programas que nós temos em funcionamento, zona da Golegã e zona de Almeirim, é um sucesso porque diminuimos drasticamente o furto do cobre”</p> <p>“temos que ver que há muito trabalho para desenvolver”</p>
e.8	<p>“não se pode resumir esta situação como sucesso ou insucesso”</p> <p>“as Forças de Segurança apenas podem desenvolver estratégias com o objetivo de minimizar essa ameaça”</p> <p>“desenvolver esforços no sentido de se apostar na prevenção criminal”</p>
e.9	“de dia para dia nós procuramos sempre apostar e cada vez mais em termos preventivos... daí não utilizar a palavra “insucesso”

e.10	“sucesso pois teve algum impacto positivo” “mas também insucesso, porque ficou aquém dos objetivos previstos”
e.11	“um sucesso – claro que nunca estamos satisfeitos – mas um sucesso é, e os números assim o dizem, que tivemos um decréscimo grande nas ocorrências”
e.12	“é indubitavelmente um caso de sucesso”

**Quadro 16 - Resposta à pergunta 12.**

Pergunta Nº12: Quais são os organismos/organizações/fóruns europeus em que Portugal participa?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.4	“um projeto europeu, que é o POL-PRIMETT” “e fomos convidados (ainda em 2012) para fazermos parte do projeto subsequente, que é o POL-PRIMETT II” “passámos também a integrar a RAILPOL” “a nível da EUROPOL”
e.6	“O POL-PRIMETT2, e também cooperação no âmbito da EUROPOL e da RAILPOL”

**Quadro 17 - Resposta à pergunta 13.**

Pergunta Nº13: De que forma tem havido cooperação europeia no âmbito do furto de MNP?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.4	“conferências, existe partilha de informação, existe partilha de boas práticas e também operações” “A RAILPOL tem organizado operações – os “Rail Action Days” com o tema de combate ao furto de metal (...) EUROPOL tem utilizado os “Action Days” de combate ao furto de metal, e ao nível da POL-PRIMETT prevê-se a realização de uma reunião de especialistas e a conferência anual de 2014, sobre o furto de metal aqui em Lisboa” “ a Guarda Nacional Republicana, tem com a Guardia Civil, tem desenvolvido uma série de iniciativas ao longo da fronteira”
e.6	“Não disponho de informação que considere válida com os poucos meses que estou na RPE”

**Quadro 18 - Resposta à pergunta 14.**

Pergunta Nº14: A nível nacional, que resposta política houve quanto ao furto de MNP?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.4	“houve foi a assinatura do protocolo “Campo Seguro” que foi assinado no fim de 2011” “no fim do ano de 2012, a publicação da Lei 54/2012” “algumas reuniões que foram feitas entre o Comando da Guarda e a Secretaria de Estado da Agricultura, na presença do próprio Secretário de Estado da Agricultura e dos Diretores Regionais da Agricultura”
e.6	“a assinatura dos protocolos do “Campo” e “Ribatejo” Seguro

Quadro 19 - Resposta à pergunta 15.

Pergunta Nº15: A nível nacional quais foram as preocupações da GNR quanto ao furto de MNP?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.4	<p>“consolidar informação policial e informação criminal sobre o furto de metais não preciosos”</p> <p>“uma estratégia que tem a ver com essencialmente três pilares: o pilar da prevenção, o pilar da intervenção que se pode chamar repressão, o pilar da investigação criminal e a unificação destes três pilares com as informações”</p>
e.6	<p>“constituído um grupo de trabalho, (...) Direções com competências nesta matéria, nomeadamente a Direção de Investigação Criminal, a Direção de Operações, através dos Programas Especiais, a Direção de Informações, a Direção SEPNA, as Relações Internacionais, as Relações Públicas e como coordenador o Adjunto do Comandante Operacional”</p>

Quadro 20 - Resposta à pergunta 16.

Pergunta Nº16: Na prossecução da missão da GNR, que forma de atuação foi privilegiada: a prevenção ou a repressão?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.4	<p>“houve uma tentativa de imediato dar resposta para reduzir a sensação de impunidade”</p> <p>“Houve campanhas anuais em 2012, 2013 em contato com os agricultores, medidas que eles deviam tomar para evitarem ser furtados... Houve medidas e reuniões com as telecomunicações, as empresas de distribuição de energia, com algumas autarquias”</p> <p>“aproveitando a Lei 54, a utilizar o SEPNA para fazer fiscalizações ou só a nível de SEPNA ou integrado com a Autoridade... portanto a AT...da parte tributária”</p>
e.6	<p>“penso que seja mais a prevenção, tentando com a investigação criminal fazer alguma repressão e aproveitando as novas tecnologias”</p> <p>“Ao nível dos programas especiais, nós realizamos todos os anos uma Operação “Campo Seguro””</p>

Quadro 21 - Resposta à pergunta 17.

Pergunta Nº17: Quais os fatores que influenciam uma e outra?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.4	<p>“fornecer informação à investigação criminal”</p> <p>“a repressão só teve sucesso, quando começámos a agilizar projetos com as empresas e as autarquias para melhorar a nossa intervenção”</p> <p>“é muito difícil fazer investigação”</p>
e.6	<p>“Não disponho de informação que considere válida com os poucos meses que estou na RPE”</p>

Quadro 22 - Resposta à pergunta 18.

Pergunta Nº18: Privilegiou-se a detenção imediata dos infratores (aumento do sentimento de segurança nas populações vs. menor eficácia da investigação) ou a investigação criminal (menor sentimento de segurança imediato vs. maior consolidação da investigação)?	
Entrevistados	Pontos importantes
e.5	<p>“no princípio foi a repressão, também pela necessidade de apresentar resultados às populações”</p> <p>“mas a aposta é na educação dos grupos de risco”</p> <p>“sensibilização nas Operações “Campo Seguro”</p>
e.7	<p>“sempre que conseguimos fazer um flagrante é ótimo”</p> <p>“não se faz a investigação assim no patamar de quem vai furtar, mas é no patamar a seguir, na recetação”</p>
e.8	<p>“é complicada a investigação criminal dada a dificuldade de obtenção de meios de prova”</p> <p>“crime fácil e rápido de concretizar por isso privilegiou-se a prevenção criminal”</p>
e.9	<p>“O combate a nível de repressão não é fácil”</p> <p>“nós como medida cautelar podemos apreender esse material, mas depois vamos ter de provar que esse material foi furtado”</p>
e.10	<p>“equilíbrio entre as duas opções”</p> <p>“tentaram efetuar detenções, o que, não invalidava as investigações”</p>

## **Anexos**

## Anexo A – Evolução do preço dos metais

Fonte: <http://www.infomine.com/investment/metal-prices/>, retirado em 10-07-2014.

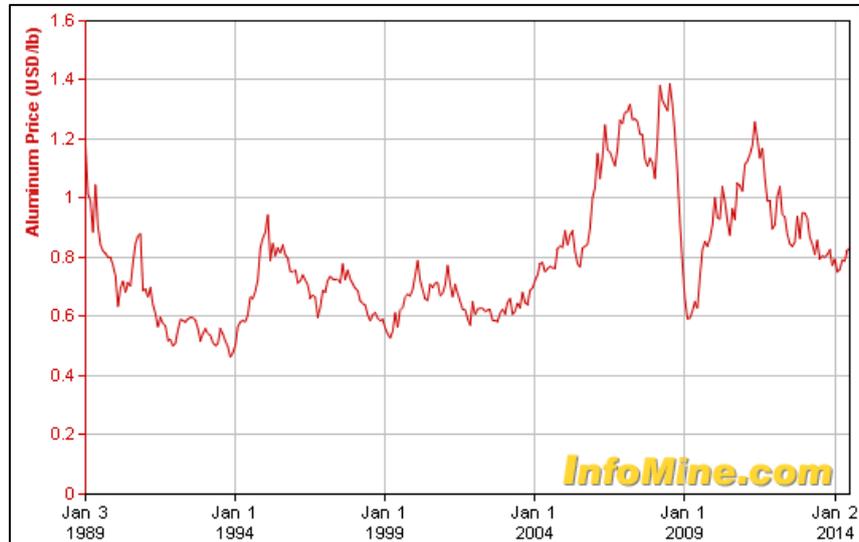


Gráfico 10 - Evolução do preço do Alumínio (1989-2014).

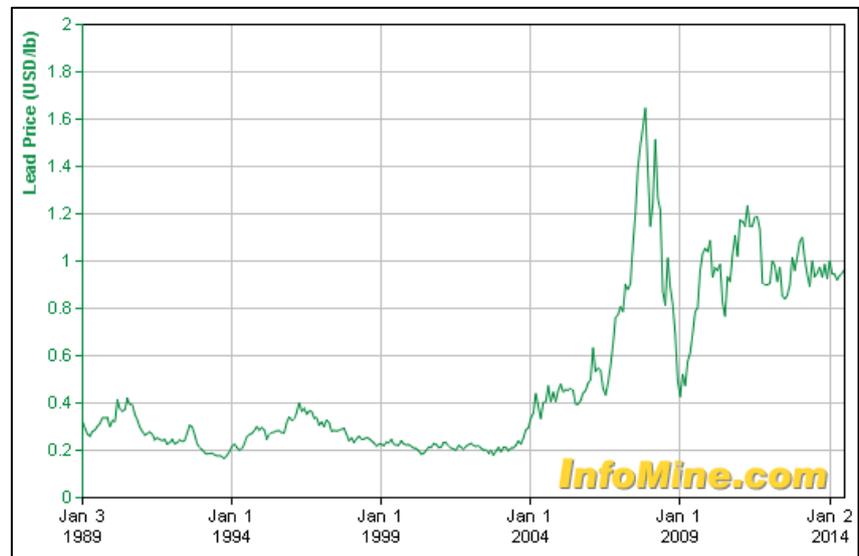


Gráfico 11 - Evolução do preço do Chumbo (1989-2014).

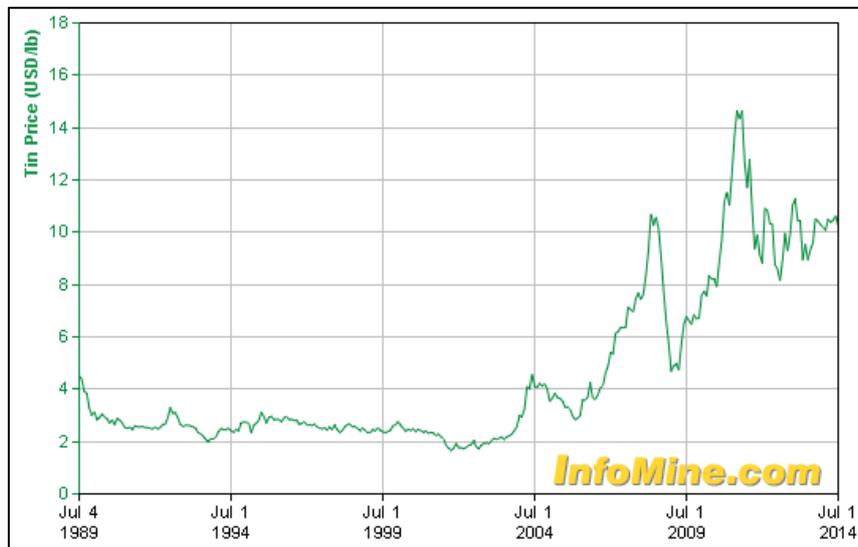


Gráfico 12 - Evolução do preço do Estanho (1989-2014).

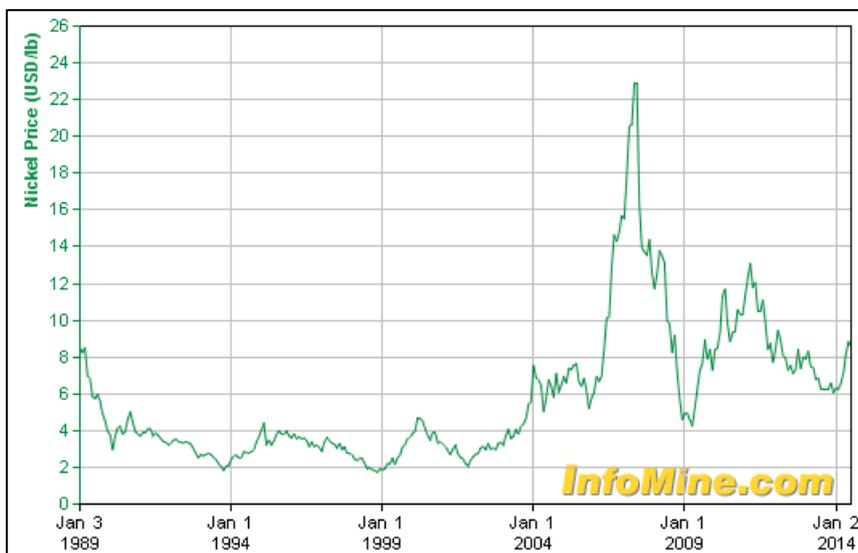


Gráfico 13 - Evolução do preço do Níquel (1989-2014).

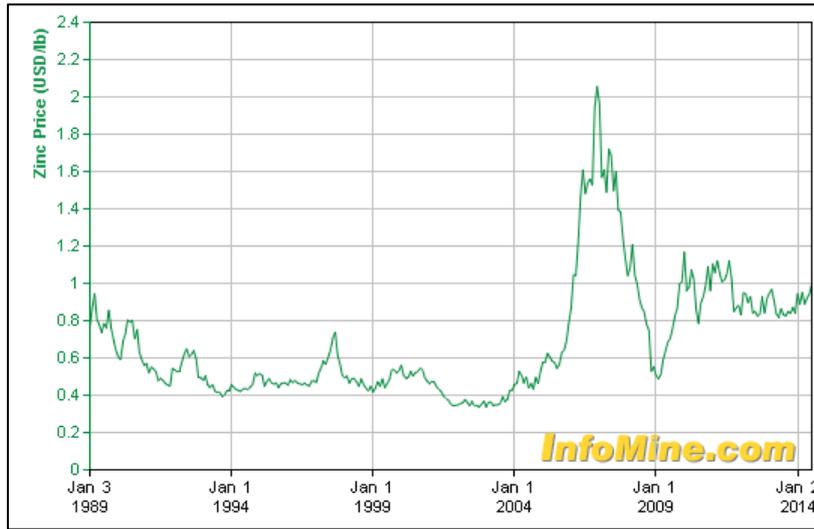


Gráfico 14 - Evolução do preço do Zinco (1989-2014).

**Anexo B – Crimes de Furto autonomizados em 2012**

Outros furtos	<i>Furto de metais não preciosos</i>	15.171
	<i>Furto de oportunidade/de objectos não guardados</i>	7.960
	<i>Furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas</i>	6.164
	<i>Furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas</i>	5.223
	<i>Furto em área anexa a residência</i>	4.236
	<i>Furto de combustível em depósitos/máquinas agrícolas ou industriais</i>	1.586
	<i>Furto de animais de explorações agro-pecuárias</i>	903
	<i>Furto de máquinas industriais ou agrícolas</i>	672
	<i>Furto de produtos agrícolas</i>	554

**Figura 6 - Crimes de furto autonomizados em 2012.**

Fonte: RASI de 2012 (2013, pág. 45).



### PREVENÇÃO DO FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS

O valor dos metais não preciosos têm aumentado muito nos últimos anos, aumentando a sua procura no mercado. O furto de metais não preciosos e os danos causados nas instalações pode significar a diferença entre um ano produtivo e um ano de elevados prejuízos.

#### O que pode fazer?

Por vezes é necessário deixar o equipamento no campo durante a noite. Se for possível, estacione as máquinas e coloque as condutas de irrigação e demais equipamento fora da visibilidade das vias públicas, atrás de árvores ou colinas. A proximidade das estradas aumenta a probabilidade de furtos ou danos. Se for possível, coloque o equipamento e os seus componentes de forma a poderem ser vigiados de um local habitado.

## CONSELHOS

- **Seja o mais imprevisível possível!** Altere a suas rotinas diárias mudando os horários de verificação dos equipamentos agrícolas;
- Conheça e referencie onde se encontram todos os equipamentos agrícolas na sua herdade;



- Nunca deixe as chaves dentro das viaturas agrícolas;
- Feche sempre à chave todas as portas das viaturas agrícolas. Se não tiverem portas, os volantes podem ser bloqueados com uma corrente;



- Use correntes e cadeados para amarrar os equipamentos a uma árvore, ou a um outro objeto firmemente fixado;
- Armazene toda a maquinaria agrícola de grande porte num barracão protegido;
- Em alternativa ao barracão, armazene a maquinaria que não está a ser utilizada num recinto vedado e próximo de local habitado;

- Guarde em local fechado as alfaias agrícolas que não sejam utilizadas;
- Guarde os equipamentos de irrigação portáteis que não sejam utilizados;
- Coloque as bombas de rega em estruturas de alvenaria com porta reforçada;



- Assegure-se que toda a sua maquinaria, motores e ferramentas possuem uma marca de identificação e mantenha um inventário com a descrição, o número de série, o número do chassis, e o modelo de todas as suas viaturas e máquinas;
- Tire fotografias de todas as viaturas, maquinaria, motores e ferramentas e guarde-as em local seguro juntamente com o inventário;
- Guarde sempre as ferramentas e as respetivas caixas.

- Não abandone no campo sem vigilância um equipamento agrícola quando ocorrer uma avaria;



**Anexo D – Dados da Mensagem “CAP GNR”**

ID Alerta	AL131218.12004033
Remetente	PT Comunicações
Evento	Corte de cabo a 2450m
Descrição Área	AZEITAO, SETÚBAL
Data/Hora Efetiva	18-12-2013 0:34:00
Coordenadas	38°31'38,76"N, 8°59'51,37"W
Tipo de Objeto	Fios Elétricos
Medidas Adotadas	Queixa na GNR
AEL	01AZ01 - R. DR. AGOSTINHO MACHADO FARIA, 2 - AZEITAO
Cabo	C14
Armário	PD1727
Contacto Info	AUGUSTO SERINA -

Figura 7 - Exemplo de uma Mensagem "CAP GNR".

Fonte: CO, GNR (2014).